

Ana Paula Portella

Direitos sexuais e reprodutivos no contexto rural



Ana Paula Portella

**Direitos sexuais
e reprodutivos
no contexto rural**

CADERNOS

SOS CORPO



Direitos sexuais e reprodutivos no contexto rural.

Edição

SOS Corpo Gênero e Cidadania
Rua Real da Torre, 593 - Madalena - Recife PE
Tel: 81 - 3445.2086 / Fax: 81 - 3445.1905
e-mail: sos@soscorpo.org.br

Coordenação de Produção

Márcia Larangeira

Produção Executiva

Fátima Ferreira

Revisão

Consultexto

Fotos da Capa

Angela Freitas e Gleide Selma

(Estas fotos foram tiradas de vários eventos e trabalhos que realizamos com mulheres e homens ao longo dos anos. A elas e eles nosso agradecimento pela parceria e presença)

Projeto Gráfico

Fernando Vasconcelos

Editoração Eletrônica

Carlos Pellegrino

Impressão

Provisual Divisão Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Apoio

EED
Novib

Recife, julho de 2002

Índice

	Apresentação	5
	Alguns esclarecimentos	7
1	Corpo, Saúde Reprodutiva e Cultura Médica: Mulheres do Sertão Pernambucano	11
2	Gênero e Trabalho em Áreas Rurais.	23
3	Homens no IRRRAG	35
4	Do Sujeito da Ação ao Objeto de Reflexão: Homens, Sexualidade e Reprodução. O Caso da Zona da Mata Canavieira de Pernambuco (em co-autoria com Pedro Nascimento).	45
	Dados da autora	67

Apresentação

Os textos que editamos nesse caderno são os resultados de uma série de pesquisas coordenadas pelo SOS Corpo Gênero e Cidadania em parceria com diversas instituições nacionais e internacionais. No texto de introdução, a coordenadora do núcleo de pesquisa, autora e co-autora dos textos, faz um breve relato sobre quem são essas instituições, em qual período as pesquisas se desenvolveram e qual a metodologia utilizada em cada uma delas.

A partir de temas variados – saúde e direitos reprodutivos, vivência da sexualidade, divisão sexual do trabalho – os textos tornam visíveis as formas como as desigualdades de poder baseadas nas relações de gênero são construídas e ressignificadas no universo da agricultura familiar nordestina. Nos últimos vinte anos, alterações importantes na estrutura econômica na área rural, como o declínio da cultura da cana-de-açúcar e o acesso aos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais trouxeram modificações na forma de relacionamento entre os membros da família rural. De que forma essas transformações alteram os sistemas de valores baseados na figura masculina como provedor de “teto, alimento e respeito” – como bem descreve um dos textos – é, sem dúvida, uma das contribuições que os textos trazem para a compreensão da realidade de homens e mulheres rurais. Por outro lado, como todo resultado de pesquisa deixa sempre pistas para novas reflexões, fica uma interrogação sobre como essas transformações incidem na construção de novos valores culturais que subvertam a naturalização das desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres. Essa é uma tarefa para muitas/os e é com todas/os as leitoras/es que gostaríamos de dividi-la.

Enaide Teixeira (SOS CORPO Gênero e Cidadania)

Alguns Esclarecimentos

Estes textos baseiam-se em pesquisas desenvolvidas pelo SOS CORPO no período de 1994 a 2000. Os três primeiros referem-se à pesquisa *Negociando Direitos Reprodutivos*, que realizamos junto com International Reproductive Rights Research Action Group-IRRRAG, grupo do qual fazemos parte desde o seu início, em 1992. Estes textos foram preparados para serem apresentados em seminários e mantêm o seu formato de apresentação oral. O quarto é parte dos resultados da segunda pesquisa do IRRRAG, realizada em 2000, intitulada *Homens: Sexualidades, Direitos e Construção da Pessoa* e, assim como o seguinte, foi preparado na forma de artigo. Finalmente, utilizo ainda informações da pesquisa *"Sterilization for Votes in the Brazilian Northeast: The Case of Pernambuco"*, realizada em 1999 e coordenada por André Junqueira Caetano, para sua tese de doutoramento em demografia, no Population Research Center, da Universidade do Texas em Austin.

O IRRRAG é uma articulação internacional de pesquisadoras/es e ativistas feministas que tem por objetivo a realização de estudos e pesquisas qualitativas no campo dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais. Fazem parte do IRRRAG pesquisadoras/es dos seguintes países: Brasil, México, Estados Unidos, Nigéria, Egito, Malásia e Filipinas. Atualmente, o escritório internacional está sediado em Kuala Lumpur, na Malásia, na ONG ARROW. No Brasil, fazem parte do IRRRAG sete organizações. Em Pernambuco, temos o SOS CORPO, atualmente sediando a coordenação nacional, e o PAPAI, Programa de Apoio ao Pai. No Rio de Janeiro, o Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social-EICOS, ligado ao Instituto de Psicologia da Universidade Fede-

ral do Rio de Janeiro e o Instituto ProMundo. E em São Paulo, o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, a Fala Preta e a Fundação Carlos Chagas¹

As duas pesquisas do IRRRAG foram desenvolvidas nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, junto a, respectivamente, trabalhadores/as rurais, donas de casa e trabalhadoras domésticas. A seguir, apresento um quadro com algumas informações metodológicas sobre cada uma delas, em Pernambuco:

¹ As/os pesquisadores/as membros do IRRRAG de cada uma destas instituições são, pela ordem citada: Ana Paula Portella, Pedro Nascimento e Benedito Medrado, Cecília de Mello e Souza, Gary Barker, Simone Diniz, Maria Dirce Pinho e Sandra Ubenham. Na primeira fase do IRRRAG, fizeram parte do grupo as ONGs Cepia, do Rio de Janeiro, através de Leila Linhares, Helena Bocayúva e Carmem Dora Guimarães; Ecos, com Margareth Arilha e Cecília Simonetti e o Programa de Direitos Reprodutivos, através de Albertina Costa e Teresa Citeli, ambas as ONGs em São Paulo, Maria José de Oliveira, do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Edna Roland, de Fala Preta e Maria Betania Ávila, do SOS CORPO, também foram integrantes do IRRRAG nos seus primeiros anos. A todas os nossos mais sinceros agradecimentos pelo sua valiosa contribuição.

Quadro I - Informações metodológicas

Pesquisa	Negociando Direitos Reprodutivos	Sterilization for Votes in the Brazilian Northeast: The Case of Pernambuco	Homens: Sexualidades, Direitos e Construção da Pessoa
Trabalho de Campo	1994-1995	1999	2000
Local	Sertão Central e Sertão do São Francisco	Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife	Zona da Mata
Municípios	7	4	1
Homens	18	28	32
Mulheres	57	299	30
Perfil do Sujeitos	Trabalhadores/as rurais	Mulheres de baixa renda urbanas e rurais; Profissionais de saúde Políticos	Trabalhadores/as rurais
Técnicas	Discussões em grupo (32 sessões, envolvendo 75 pessoas); Histórias de vida (12 mulheres); Questionário (75 pessoas); Observação	Questionário (299 mulheres); Entrevistas semi-estruturadas (44 mulheres e 28 profissionais de saúde e políticos); Observação	Questionário (299 mulheres); Entrevistas semi-estruturadas (44 mulheres e 28 profissionais de saúde e políticos); Observação; Discussões em grupo (9 sessões, envolvendo 62 pessoas); Histórias de vida (17 homens); Questionário (62 pessoas) Observação



Corpo, Saúde Reprodutiva e Cultura Médica: Mulheres do Sertão Pernambucano¹

Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que realizamos no Sertão de Pernambuco em 1994 e 1995,² com o objetivo de investigar em que áreas da vida reprodutiva e sexual as mulheres sentiam-se autorizadas e legitimadas a tomar decisões autonomamente. Neste texto vou trabalhar alguns aspectos relativos a representações sobre o corpo e a saúde reprodutiva e sexual, com ênfase nas questões da contracepção e esterilização.

¹ Texto apresentado no Seminário *Gênero, Representação e Ética na Saúde Reprodutiva*, promovido pelo Grupo de Trabalho Gênero e Família, do Mestrado de Antropologia da UFPE, sob a coordenação do Prof. Parry Scott, em novembro de 1998.

² Essa pesquisa foi uma atividade do *International Reproductive Rights Research Action Group* – IRRRAG, grupo que foi formado em 1992, sob a coordenação da Dra. Rosalind Petchesky, do Hunter College de New York, reunindo pesquisadoras e ativistas do Brasil, Egito, Estados Unidos, Filipinas, Malásia, México e Nigéria. No Brasil, a pesquisa foi realizada no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pernambuco, neste último estado, junto a homens e mulheres da área rural do Sertão Central e do Sertão do São Francisco.

Boa parte dos discursos e estudos produzidos sobre o corpo refere-se a populações urbanas, podendo-se dizer que a própria preocupação com o corpo e seus significados é característica das sociedades modernas, na qual a idéia de indivíduo configura-se como um dos eixos da organização social. O nosso universo de pesquisa, contrariamente, configurava-se como arcaico e distante, portanto, dos apelos da modernização. Se o universo rural é muitas vezes pensado como a antítese do moderno, a área rural do Nordeste brasileiro é tida como o verdadeiro *locus* do arcaísmo. Pobreza, fome, relações de trabalho quase escravistas, violência, códigos de honra: eis alguns dos signos da cultura sertaneja, na qual realizamos a nossa pesquisa.

No campo da reprodução, no entanto, as mulheres rurais não estão muito distantes das urbanas: também decresceu a taxa de fecundidade, elevou-se o número de esterilizações e cesarianas, disseminou-se o uso de contraceptivos hormonais. O parto hospitalar aos poucos substituiu o parto doméstico e a medicalização alcançou o cotidiano através das ações de agentes comunitários de saúde. A experiência das mulheres com a cultura médica acontece em um quadro em que a presença de alguns sinais da modernidade altera representações e modifica discursos e condutas.

Na área rural nordestina, especialmente naquelas onde predomina a agricultura familiar, o casamento tem como objetivo central a procriação e a mulher tem como uma de suas principais funções servir sexualmente ao homem para que possa ter filhos. A idéia de contracepção ou de planejamento do número de filhos estaria fora de questão, seja pela destinação do casamento à procriação, seja pela destinação da família à produção agrícola. No campo da saúde, práticas tradicionais de cura vêm sendo paulatinamente substituídas por procedimentos médicos sem que, ao mesmo tempo, os serviços públicos de saúde se aparelhem para assistir à toda a população de modo adequado. Cria-se assim um vácuo no qual o que era tradicional já não é recomendado e pode ser visto como ameaçador à saúde, e o que é novo e considerado correto ainda não está completamente disponível.

O reflexo mais evidente dessa passagem está num novo discurso que se constrói, no qual a idéia de um corpo saudável e limpo prevalece sobre a idéia anterior

de um corpo puramente reprodutor e trabalhador. Esse discurso revela um impasse: evidencia-se com ele que a reprodução prejudica a saúde das mulheres, o que, por sua vez, prejudica-lhes o exercício da maternidade. Há que, portanto, intervir sobre esse ciclo de modo a garantir a reprodução, a maternidade e o núcleo familiar, através da manutenção da integridade física das mulheres.

O que há de novo aqui é justamente a instauração do discurso. O que queremos dizer é que não houve uma situação ideal anterior em que as mulheres não sofressem as consequências danosas da reprodução e da maternidade vividas em condições inadequadas. Embora os sujeitos de nossa pesquisa afirmassem constantemente a existência desse tempo em que se podia ter vinte filhos sem sofrimento, os indicadores socioeconômicos da região nos dizem o contrário: a mortalidade materna diminuiu, assim como a mortalidade infantil e na infância, aumentaram as ações de prevenção de doenças infecto-contagiosas, assim como a expectativa de vida ao nascer. É inegável que nos últimos trinta anos houve uma penetração das ações de saúde na área rural, voltadas para os aspectos preventivos, através de agentes de saúde e de ações educativas e de infra-estrutura básica, e para os aspectos curativos, com a instalação de postos de saúde e hospitais de referência. No entanto, os nossos sujeitos afirmam que antes havia mais saúde.

O que se passa, então? As ações de saúde trazem consigo resultados concretos, expressos nos indicadores sociais da região, mas trazem algo muito mais perturbador para a cultura local, que é o contato com novas prescrições e modelos para uma vida melhor. Assim, parece-nos que o que antes era vivido como algo natural ou obra do destino — como a mortalidade materna — passa a ser visto como o resultado de um conjunto de condições concretas que, exatamente por serem concretas, podem ser transformadas. A idéia de saúde torna-se central para o novo ideário que se constrói e é confortadora especialmente para as mulheres, já que pode lhes retirar a noção de reprodução como um fardo a ser carregado até que ele mesmo lhe traga a morte.

O discurso e as intervenções médicas incidem sobre as mulheres e sobre os aspectos reprodutivos de suas vidas, negligenciando o fato de que a deterioração

da saúde das mulheres, embora ligada à vivência reprodutiva, está profundamente relacionada às condições de trabalho, à dupla jornada, à falta de acesso a serviços básicos e à desinformação. A reprodução aparece como circunscrita a um limbo, marcada pela naturalização, na qual as representações de gênero adquirem seu significado mais evidente: é aqui que a mulher é o foco e a maternidade, seu destino, lugar e função na sociedade. Esses elementos estão fortemente presentes na cultura médica e, na nossa pesquisa, estiveram em uma espécie de confronto constante com a cultura local, em que mulheres e homens, embora absorvam boa parte das prescrições e as reproduzam no cotidiano, introduzem desconfianças, ressalvas e, no plano das condutas pessoais, utilizam-se das recomendações médicas para enfrentar e resolver situações de conflito.

O campo das decisões reprodutivas se constituiu, nesta pesquisa, a partir da idéia-chave de manutenção da saúde da mulher. A idéia de saúde é o argumento fulcral para que as mulheres questionem as relações de gênero no casamento e na sociedade e incide de modo radical sobre os aspectos reprodutivos. É ao olhar para si mesmas, para o corpo cansado e doente, que as mulheres encontram a força justificadora para decidir, sobretudo, pela esterilização. Por um lado, isso indica a dificuldade de se tomar decisões no âmbito do casal, a partir de argumentos outros que não a ameaça à integridade física de um de seus membros. Por outro, não se pode negar que, a despeito do modo como as decisões são tomadas, o simples fato de resultarem numa redução efetiva da carga reprodutiva para as mulheres já se constitui um importante fator de mudança nas suas condições de vida, que pode provocar novas transformações em direção a uma maior equidade de gênero na família e na comunidade. Mais saúde e mais tempo são apenas os ganhos iniciais desse processo. A esterilização é a solução radical para essa espécie de condenação social à reprodução trazida pela cultura médica e é ela que parece dizer: “Ou eu paro de reproduzir ou eu não existo, eu morro”. Mas antes de se chegar à esterilização, as mulheres passam por muitas tentativas de evitar a gravidez, nem todas bem-sucedidas, mas sempre bem aceitas.

As raras condenações à contracepção ou à limitação no número de filhos estiveram ligadas a argumentos religiosos, mas, mesmo assim, a restrição religi-

osa não era compreendida como um impeditivo ao uso de contraceptivos. Havia sempre um balanceamento entre as motivações justas para a contracepção e a restrição religiosa, com o peso tendendo para as primeiras. Como se a religião fosse incapaz de levar em conta o contexto de vida das mulheres, o que expressa a relação muito particular que as mulheres têm com a religião quando se trata das questões reprodutivas.³

A existência de um discurso favorável ao uso de contraceptivos e os resultados práticos desse uso terminam por mexer de modo bastante agudo com as relações de gênero na área rural. A resistência masculina à contracepção é emblemática do potencial de mudança que vem embutido no uso de contraceptivos. Os homens proíbem as mulheres de os utilizarem, muitas vezes de modo violento. A despeito disso, as mulheres não deixam de tomar suas precauções e o fazem com base na prerrogativa de que são elas que carregam o fardo da reprodução e isso lhes dá o direito de regulação da fecundidade. Se esse direito lhes é negado, configura-se uma situação de injustiça e contra uma situação injusta nenhum ato é condenável e, por isso, elas decidem por conta própria e por contra própria utilizam diferentes métodos em diferentes momentos de suas vidas.

Essa situação parece ser bastante comum, de tal sorte que, mesmo entre os homens, apareceram falas que reconhecem o direito das mulheres de tomar certas decisões sozinhas, baseadas em suas próprias razões. Esse direito é circunscrito às situações em que a mulher decide utilizar métodos *nativos*⁴ e não

³ Algumas autoras feministas, católicas e não-católicas, já observaram a relação direta e absolutamente pessoal que as mulheres mantêm com Deus quando se trata de tomar decisões contrárias à doutrina cristã. Assim é no caso do aborto, em que as mulheres negociam diretamente com Deus — sem a intermediação do padre — os recursos para realizar o aborto, a segurança do procedimento, a manutenção de sua saúde e o perdão subsequente, baseando-se na idéia de necessidade e justiça de sua escolha. Maria Betania Ávila tratou desse tema em alguns de seus textos, assim como a organização feminista Católicas Pelo Direito a Decidir.

⁴ Estou chamando de *nativos* um conjunto de procedimentos descritos pelas mulheres como contraceptivos, como, por exemplo, dar três pulos depois do ato sexual, fazer um banho de assento com água e sal depois do ato, colocar uma pedra de sal debaixo da língua durante o ato, entre outros.

se aplica em absoluto aos métodos tradicionais e modernos. Nesses casos, os homens acham que têm que ser consultados e que devem participar da decisão. De acordo com eles, os métodos *nativos* parecem incidir mais sobre o mau funcionamento dos processos reprodutivos do que propriamente sobre a fertilidade ou concepção e isso justificaria o seu uso. Os outros métodos, ao contrário, são claramente contraceptivos e só podem, portanto, ser aceitos se forem recomendados pelos médicos.

Os chás abortivos se enquadram no primeiro caso: são feitos com ervas cultivadas nos quintais e não são tratados como abortos de fato. Para mulheres e homens, têm a função de fazer descer a menstruação, que pode estar atrasada por várias razões, a gravidez sendo apenas uma delas. É legítimo usar o chá, novamente porque é preciso manter o corpo feminino saudável e a ausência de menstruação é indicativo de alguma disfunção. No entanto, a possibilidade de uma gravidez gera discursos justificadores e explicativos de quando e como tomar os chás. É quase um consenso de que só há vida depois de três meses de gestação. Antes disso, é como se não houvesse gravidez e, por isso, as mulheres teriam o direito de intervir sobre o seu corpo para que venha a menstruação. Mesmo aquelas mulheres que sabiam que a concepção já está dada aos três meses não defenderam essa posição nas discussões de grupos focais. Parecia haver um acordo tácito para manter esse tipo de crença de modo a garantir às mulheres algum controle sobre a sua fecundidade.

Mas tudo muda de figura quando se trata do aborto cirúrgico. Foi só aqui que a interrupção da gravidez recebeu o nome de aborto, tornou-se um crime e foi condenado por mulheres e homens. Há aqui muita ambigüidade, certamente marcada pela condenação social à interrupção da gravidez. Pode-se, sim, falar sobre e interromper a gravidez, desde que não se fale em aborto. Esta é uma questão de mulheres e entre mulheres deve ser tratada: os chás são indicados entre elas e o modo de usar é transmitido de uma a outra, numa rede informal de conhecimento e aprendizado. Tratar o uso dos chás como aborto pode significar trazer essa questão de mulheres — ligada à menstruação, sexo e saúde — para um outro âmbito, que envolve homens, família, médicos, juízes e religiosos. Um

campo em que a interrupção da gravidez é legislada, julgada e punida e sobre o qual se elaboram diferentes discursos, sempre condenatórios. Curiosamente para mim, a interrupção da gravidez provocada por chás recebe nomes bastante fortes: jogar menino no mato, tirar menino, botar menino fora. Quando se fala de aborto, como fato criminoso, o termo utilizado é feto.

Há aqui dois campos discursivos informados por diferentes matrizes. No campo do aborto, os termos são legais e clínicos e a base argumentativa é jurídica e científica. No campo dos chás, a base é a experiência corporal e social das mulheres: faz-se chegar a menstruação, jogam-se meninos fora porque são meninos que nascem de suas gestações e não fetos. A preferência pelo segundo campo parece demonstrar que o primeiro não responde à experiência e às representações das mulheres sobre a reprodução e sua constituição parece responder à sua necessidade de manutenção do controle da fecundidade, à margem da lei e da ciência, porque, como elas mesmas dizem “só elas sabem o que passam...”. Mas a ineficácia dos chás é bastante alta e não soluciona o problema de se continuar a ter muitos filhos. Os chás são, portanto, utilizados até o limite de sua saúde: continuam engravidando, às vezes interrompendo, às vezes parindo, numa frequência altíssima, até que a saúde desmorona e a saída é a esterilização.

É aqui que os profissionais de saúde funcionam como aliados das mulheres, ao convencerem os maridos e a família de que a mulher não pode reproduzir. O convencimento é necessário, pela resistência dos homens em parar de ter filhos com suas esposas. Não ter mais filhos implica uma alteração radical naquilo para que o casamento foi destinado; o casamento, e parece-me que também o sexo, perderia muito de seu sentido; e, no contexto da agricultura familiar, qualquer mudança de significado do casamento e da família parece ser dramática. Os homens resistem à idéia de limitação no número de filhos até a situação tornar-se insustentável, quando a mulher adoece, precisa recorrer ao médico e é ele, então, que indica, com argumentos irrefutáveis e ameaçadores, o fim da vida reprodutiva para a mulher.

Há, portanto, um corte desnaturalizador na vida das mulheres, no qual a introdução de um elemento artificial em um ciclo biológico — contraceptivos e esterilização

— cumpre um papel central. No entanto, as condições de vida dessas mulheres e a natureza da assistência à saúde na região — verticalizada, com raros serviços de informação e orientação à contracepção — faz da trajetória contraceptiva um longo caminho de ineficiência dos métodos e prejuízos à saúde que, no final, não atingem o objetivo proposto. A esterilização, nesses casos, atende a dois propósitos; realiza o desejo de não ter mais filhos e encerra o ciclo de prejuízos à saúde.

É aqui que, curiosamente, a naturalização se instala mais uma vez. Se o uso de contraceptivos continua a ser parte do campo de preferências e desejos de cada mulher, mantendo sua natureza individual ou, no máximo, conjugal, a esterilização parece ter-se instalado de modo definitivo no curso de vida dessas mulheres, como um momento *natural*, o ponto de chegada de sua experiência reprodutiva. Passa-se, portanto, do ciclo biológico menarca-concepção-gestação-parto para um novo ciclo menarca-concepção-gestação-parto-esterilização, em que, a despeito de ser uma intervenção externa sobre o corpo, a esterilização adquire o mesmo *status* dos outros momentos e termina por também naturalizar-se, numa espécie de contaminação pelo que há de biológico nas outras etapas do ciclo. A esterilização passa a ser prevista, planejada e desejada pelas mulheres, antes mesmo do casamento.

Essa alocação da esterilização no curso de vida das mulheres leva a que a problematização criada em torno dela centre-se no processo pelo qual a esterilização é obtida e realizada, mais do que na esterilização em si. Não encontramos casos de arrependimento depois da esterilização nem tampouco atitudes de desencorajamento para com as mulheres que planejam esterilizar-se. Entre os homens, encontramos uma certa desconfiança com relação à massificação desse procedimento pelos serviços de saúde e, entre as mulheres, muitas críticas ligadas à dificuldade de acesso à intervenção cirúrgica e ao fato de só a realizarem quando suas condições de saúde já estavam muito abaladas.

A crítica ao mau funcionamento dos serviços foi uma constante e esteve centrada na ausência de assistência às mulheres que moram em sítios distantes, no atendimento precário às que conseguem chegar até os serviços e na pouca preparação dos profissionais de saúde. Médicas/os e enfermeiras/os são citados como

os profissionais que decidem e fazem, intervêm sobre o corpo das mulheres e sobre suas vidas e a possibilidade de contrariar suas recomendações é muito pequena. Isso não impede que haja uma certa desconfiança com relação à fala e aos procedimentos médicos, que parecem revelar a distância entre profissionais e usuárias, em que o que é dito por aqueles não é explicado e o que é dito por estas não é considerado.

No caso do parto, por exemplo, o usual era que as mulheres parissem em casa, com parteiras, mantendo o parto e o puerpério certas características individuais ligadas ao parto em si e a cada mulher. Hoje as mulheres parem nos hospitais, com procedimentos bastante semelhantes para todas elas: todas fazem episiotomia, todas seguem as mesmas recomendações para o puerpério, mais cedo ou mais tarde todas fazem cirurgia de períneo, mais tarde têm que fazer esterilização ou histerectomia, tudo justificado por razões de saúde. Ora, se é a saúde que justifica tudo — parece dizer um nosso entrevistado —, ou antes havia mais saúde e nada disso era necessário, ou as mulheres mudaram e são agora mais frágeis, ou há algo errado nos serviços de saúde.

Assim como tem sido comprovado que há um grande número de episiotomias que são desnecessárias, há também um excesso de alegações de razões de saúde para a esterilização que nos leva, no mínimo, a problematizar essa situação. Não que essas razões não existam, mas, sim, que são o resultado de uma vida inteira dedicada à reprodução — biológica e social — em condições de pobreza e violência e, no que toca aos serviços públicos, com reduzida assistência e acompanhamento médico.

Na área rural, o exercício da maternidade extrapola em muito os cuidados com os filhos: trata-se de estar permanentemente disponível para a reprodução, em todas as suas etapas e desdobramentos. Dificilmente as mulheres se reportam ao exercício da maternidade propriamente dita, no sentido que se tornou comum encontrar nas áreas urbanas e nos meios de comunicação: relação com os filhos, ofício de educar, papel da mãe etc. Muitas vezes fiquei com a impressão de que ser mãe é ter relações sexuais, engravidar, parir, amamentar e,

uma vez os filhos crescidos, as referências a eles serem feitas apenas nos casos de doença e naqueles casos em que os filhos transgridem certas normas comunitárias (meninas que engravidam antes do casamento, rapazes que cometem crimes etc.). A despeito do forte papel reprodutivo das mulheres, não encontramos a idealização da figura da mãe. A mãe é, sobretudo, a dona da casa que garante com o seu trabalho o bem-estar de seus filhos. Os filhos, por sua vez, fazem parte de um conjunto numericamente grande e, para minha surpresa, a diferença entre filho vivo e filho morto parece ser muito pequena. São muitas as mortes na infância e as mulheres se referem aos mortos como se vivos estivessem, contam as datas de aniversário e o número de filhos de cada uma é sempre o total de gestações — inclui abortos, natimortos, mortos na infância e vivos. Deixar de ter filhos por causa da esterilização não parece, portanto, ser um problema para essas mulheres: vivos ou mortos, elas já os tiveram, já cumpriram seu papel e sentem-se mães com a mesma legitimidade de antes da esterilização.

O que acarreta custos para a vida das mulheres é a própria vivência reprodutiva, vivida e pensada como algo custoso e que se contrapõe à sua própria vida: dar a vida a outras pessoas é muitas vezes sentido como se lhes tirasse a própria vida. A gravidez, o parto e a amamentação acarretam sofrimento físico imediato, vivido sob a forma de doenças e de modo bastante solitário. Os relatos são de dores, de incapacitação física e mental para o cumprimento dos compromissos do casamento e, por fim, de alterações definitivas no funcionamento corporal que levam à mutilação, através da esterilização e da histerectomia. A intervenção médica sobre o corpo feminino é vivida como uma situação limite, provocada, pela reprodução continuada e que lhe altera não apenas o corpo, mas toda a sua vida, do ponto de vista concreto e simbólico. Se isso lhes soluciona pelo menos duas questões — param de reproduzir e recuperam a saúde —, por outro lado isso se dá às custas de uma alteração profunda na subjetividade e no seu lugar no interior da família e da comunidade.

Do ponto de vista subjetivo, os relatos mais recorrentes se localizaram nas articulações entre intervenções médicas e sexualidade. Para mulheres e homens, o útero é tido como o lugar de prazer da mulher e o “dentro-do-corpo”, cuja porta

de entrada — a vagina — é um lugar misterioso, sobre o qual não se conhece quase nada e onde quase tudo pode ali se perder. A histerectomia retiraria das mulheres, portanto, a possibilidade de prazer sexual; e a esterilização, realizada dentro do corpo, é também pensada como uma intervenção sobre o útero. Os homens afirmam unanimemente que essas duas intervenções provocam a falta de desejo nas mulheres e isso as deixariam menos mulher. As mulheres confirmam essas observações, mas não parecem se lamentar por isso. Parece-me que tanto a histerectomia quanto a esterilização livram as mulheres de dois fardos: (a) Concretamente, impossibilitam a vivência reprodutiva e é importante remarcar mais uma vez que não se trata apenas de ter filhos, mas de não engravidar, não ter mais abortos espontâneos, não ter que provocar abortos, não adoecer durante a gravidez, não parir, não ver os filhos morrerem, não viver o puerpério e a amamentação. Trata-se de um conjunto de situações cujo teor de sofrimento e dor é bastante acentuado e que são extintas de modo imediato e definitivo pela intervenção médica. (b) Do ponto de vista simbólico, através da idéia de que essas intervenções levam à frigidez, elas autorizam a mulher a recusar as relações sexuais com o marido e, concretamente, têm como consequência a efetiva redução da frequência das relações sexuais no casamento, vividas como obrigação e permeadas pela violência.

Mas resta um paradoxo: estéreis e frígidas, como cumprir com as funções e os papéis que lhes foram socialmente designados? O que resta a essas mulheres, no interior do casamento e da agricultura familiar, são apenas os valores associados ao trabalho — doméstico e agrícola. Aí se localizaria a sua legitimação na família e na comunidade. No caso de nossas entrevistadas, o paradoxo se resolve de modo simples: elas já cumpriram com suas funções de mãe e esposa e a grande quantidade de filhos vivos é a prova de que cumpriram bem o seu papel. Além disso, as razões que as levam à esterilização e à histerectomia são exteriores à sua vontade e provocadas pelo exercício mesmo desta função: é a ausência de saúde, legitimada pela fala médica, que lhes obriga a essas intervenções. Não há, portanto, transgressão e nesse caso os maridos aceitam tanto as intervenções quanto as alegações de frigidez.

Os custos pessoais e sociais da reprodução para as mulheres estão identificados e debatidos em um sem-número de estudos. O que me importa marcar aqui é a especificidade desses custos para as mulheres rurais, em um contexto de ineficiência dos serviços de saúde e de ausência absoluta de equipamentos sociais capazes de reduzir esses custos. Seria simples afirmar que reduzindo-se drasticamente o número de gestações e de filhos, através da contracepção e da esterilização, estar-se-ia reduzindo os custos. Essa equação é não apenas redutora como vem sendo colocada em prática na transição demográfica brasileira. Reduzem-se alguns custos, é verdade. Mas se criam outros que incidem sobre o que há de mais imediato — o corpo e a vida da mulher — sem que se alterem as condições do contexto e sem que se crie a possibilidade de uma vivência reprodutiva que não seja penosa, pessoal e socialmente.

Gênero e Trabalho em Áreas Rurais¹

Fui convidada para falar sobre a situação das mulheres rurais a partir da minha experiência de trabalho no SOS Corpo. Para quem não conhece, o SOS Corpo é uma Organização Não-Governamental feminista, fundada em 1980, aqui mesmo no Recife. Trabalho lá há oito anos e, neste período, desenvolvi atividades de educação, assessoria e pesquisa junto a mulheres e homens da área rural. Prestamos assessoria direta a movimentos e a ONGs que trabalham com a questão rural. Esse tipo de atividade tem me permitido entrar em contato com as diferentes realidades do campo brasileiro: das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão aos assalariados da cana em Pernambuco.

¹ Comunicação apresentada no lançamento do Núcleo de Gênero do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a coordenação da profa. Andréa Butto, em 22 de julho de 1999.

Ao longo desses anos, tive a oportunidade de conhecer algumas das faces da diversificada e complexa realidade rural brasileira, que vai muito além da separação entre grandes proprietários e pequenos ou não-proprietários de terra. Mesmo entre a população de baixa renda, são muitas as diferenças que encontramos na forma de propriedade e uso da terra, nas relações de trabalho e no modo de organização sociocultural. Quando se trata das relações de gênero e da situação das mulheres, no entanto, as semelhanças são muito mais significativas que as diferenças, e é sobre elas que irei apresentar alguns comentários.

Esses comentários baseiam-se em resultados de pesquisas que realizamos, especialmente duas, ambas qualitativas: uma sobre saúde e direitos reprodutivos, realizada como parte do *International Reproductive Rights Research Action Group* — IRRRAG, no Sertão do Pajeú e do São Francisco; e outra sobre laqueadura, realizada nas quatro grandes regiões do Estado, como trabalho de doutoramento² de André Junqueira Caetano, da Universidade do Texas. Outras fontes importantes são relatos de observação de campo, realizados por técnicos de ONGs assessoradas por nós em outros estados do Brasil — Sergipe, Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso — e inúmeros relatos de oficinas em que utilizamos atividades que descrevem o cotidiano de estabelecimentos agrícolas.

Para isso, deixarei de lado questões mais gerais, como a atual situação de emprego e renda, por exemplo, e apresentarei algumas reflexões a respeito do trabalho produtivo e reprodutivo no contexto da agricultura familiar. Em alguns momentos, irei me reportar a situações de assalariamento, mas apenas no que houver de significativo para pensar as relações de gênero de um modo mais geral.

As características da organização do espaço na área rural conferem às esferas pública e privada contornos bastante diferenciados quando comparadas com a área urbana. Na área rural, não é suficiente utilizar o par casa/rua para configurar as duas esferas. A casa é muito mais do que o edifício de residência e a rua possui

² *Sacrilization for votes in Brazilian Northeast: The Case of Pernambuco* (2000). Population Research Center. Universidade do Texas em Austin.

diferentes níveis de significação. O que define e, ao mesmo tempo, limita essas duas esferas é a terra. É ela o elemento definidor do núcleo familiar. Na terra da família, própria ou arrendada, podem existir várias casas, próximas ou distantes umas das outras, abrigando diferentes núcleos familiares. A referência à casa é, na verdade, uma referência à terra onde se mora, geralmente, junto a outros núcleos de uma mesma família. O espaço público, por sua vez, constitui-se em um *continuum* que vai da comunidade rural ao município sede da região e, em alguns casos, amplia-se para outras cidades às quais homens e mulheres têm acesso.

A esfera pública é o lugar por excelência de construção da cidadania e da aquisição de direitos; e as condições de acesso a essa esfera criam situações de favorecimento ou desfavorecimento de grupos sociais, podendo construir relações de maior ou menor equidade. De modo geral, o homem residente na área rural tem um acesso bastante limitado à esfera pública e aos lugares de decisão política, mas as mulheres vivem uma situação de franca desvantagem com relação a eles, corroborada por uma cultura que divide papéis, atribuições e valores femininos e masculinos de um modo rígido e hierárquico.

Um esboço bastante rudimentar do modo de vida nas áreas em que trabalho pode ser assim descrito:

1. Os homens são chefes da família e da casa, responsáveis pelo seu sustento e pela administração do orçamento doméstico. A ele cabe trabalhar, decidir sobre todas as questões agrícolas — o que plantar, quando plantar, o que vender, quanto vender e por que preço — e comercializar a produção.
2. As mulheres são responsáveis por todo o trabalho doméstico, incluindo a educação dos filhos, a coleta de água e lenha e levar as refeições para os que estão na roça. Elas também trabalham na agricultura, junto com maridos e filhos, são responsáveis pela criação de pequenos animais, pelo beneficiamento da produção e pela horta familiar. No entanto, os produtos gerados pelo seu trabalho são comercializados pelo homem.

3. O lugar da mulher é a casa e uma boa esposa não deve sair desses limites a não ser em casos de doença na família ou se estiver acompanhada do marido. O homem, por sua vez, pode circular e tem acesso livre à cidade e às outras comunidades.

4. O homem é o guardião da moral e da honra familiar, devendo garantir que a esposa, os filhos e as filhas se comportem de acordo com as normas da comunidade. Para isso, ele está autorizado a usar da violência e, no controle da conduta da esposa e das filhas, a contar com a ajuda dos filhos homens.

5. As mulheres devem casar virgens, namorar pouco e com rapazes conhecidos da família; não precisam ser informadas sobre nada que extrapole o limite das tarefas domésticas e/ou agrícolas. Os homens devem iniciar a vida sexual cedo, conhecendo várias mulheres, e ter acesso livre à qualquer tipo de informação.

Por esse modelo, as mulheres da área rural estariam completamente restritas à esfera privada enquanto que a esfera pública seria de domínio exclusivo dos homens. No entanto, como em qualquer situação social, na prática, esse modelo apresenta alterações, fissuras e tensões que dificultam a generalização. Mas, por contraste ou referência a uma situação que já existiu, esse desenho está sempre presente na fala de mulheres e homens rurais e o isolamento das mulheres é a referência mais emblemática da permanência desse modelo. Restritas à casa, ao sítio ou, no máximo, à comunidade, as mulheres expressam o desejo de vivenciar relações em que possam circular livremente. A separação geográfica real entre os espaços de convivência — a casa, a feira, o sindicato, o posto de saúde — confere novas dimensões à liberdade de circulação das mulheres. Assim, por mais anacrônico que possa parecer, a liberdade de ir e vir é uma aspiração das mulheres rurais e o cerceamento dessa liberdade é obra do homem: pai, marido ou irmão.

A esfera pública se configura como algo distante e de difícil acesso para essas mulheres. A feira, apenas para tomar um exemplo dessa situação, é um dos lugares “vetados” à maioria das mulheres como vendedoras, já que a presença de uma mulher na feira colocaria em risco o papel masculino de mantenedor da família.

Mas é na feira que se realiza a democracia dos iguais; nesse caso, dos homens. É lá que se discute e se negocia, é lá que se trocam informações e que se faz política, negociando-se os processos de transformação no contexto do capitalismo excludente. A feira pode ser pensada como muito mais do que um mercado. Na verdade, parece ser o centro da esfera de ação pública dos pequenos agricultores. As conseqüências da exclusão das mulheres desse espaço parecem-me ser muito maiores do que estarem ausentes do manejo da renda familiar.

Mas é na relação entre produção e reprodução que está o nó górdio da condição da mulher rural: enquanto na área urbana é possível pensar em uma mulher dona de casa, ocupada só com o trabalho doméstico,³ na área rural dificilmente essa idéia pode ser aplicada, embora exista a representação cultural da mulher doméstica. Na verdade, o que é considerado doméstico na área rural envolve um conjunto de atividades produtivas que, muitas vezes — e ao contrário das atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres urbanas — geram renda diretamente.

Pensar sobre mulheres na agricultura familiar é uma tarefa profundamente desafiante, que nos obriga a problematizar uma certa lógica simplista que afirma que a família seria um lugar fixo de opressão para as mulheres e que qualquer libertação teria que se dar a partir do rompimento com o núcleo familiar. Esse tipo de organização da produção baseia-se no trabalho familiar e, sem ele, modifica-se a própria natureza da produção. Não é possível manter uma pequena unidade agrícola sem contar com o trabalho coletivo; como o rendimento de uma pequena propriedade não é suficiente para a contratação de trabalho assalariado, é preciso utilizar trabalho voluntário. O único lugar capaz de gerar trabalho voluntário de modo legítimo é a família, porque os laços baseiam-se no afeto, logo, a idéia de exploração de força de trabalho fica excluída. A noção de *esforço coletivo* para o bem coletivo é o que sustenta e justifica a produção familiar. Por outro lado, a extrema concentração de terra no Brasil e o processo de modernização da agricultura têm impossibilitado a aquisição de terra por parte

³ Mesmo considerando o valor econômico desse trabalho e sua interdependência com as atividades ditas produtivas, na área urbana é possível pensar mulheres que não geram diretamente renda nem produtos.

de jovens da área rural, o que reforça a necessidade de se manter a terra familiar, garantindo que ela permaneça entre um mesmo grupo.

Constituir família, portanto, é condição para se manter a agricultura familiar. E o trabalho agrícola e também o trabalho doméstico tornam-se centrais para que homens e mulheres possam garantir esse lugar. O trabalho, nesse contexto, não pode ser uma escolha pessoal, é um imperativo reforçado pela aspiração de homens e mulheres em se manterem na condição de trabalhadores rurais. A articulação profunda entre o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres vem responder a esta necessidade de se manter a família-produtora que garante a família-afetiva. Assim, as atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres — mais próximas da casa — lhes permitem cuidar da casa e das crianças sem prejuízo de nenhuma das atividades e com benefícios para a produção como um todo. No entanto, se esse arranjo favorece claramente a economia familiar, o mesmo não se pode dizer dos seus efeitos sobre as mulheres.

O discurso das mulheres sobre a produção agrícola e as atividades reprodutivas revela duas faces: 1. O progressivo reconhecimento de que esse arranjo é profundamente injusto com elas, enquanto indivíduos e 2. Uma certa dificuldade em estabelecer o nexo entre as mudanças que desejam operar nesse arranjo e a manutenção da família e de si mesmas na agricultura familiar. Na verdade, elas percebem que sem esse arranjo a agricultura familiar não sobrevive e, com isso, a sua própria sobrevivência individual também está ameaçada. É um lugar de profundo impasse: já não suportam esse tipo de relação, entendem que tem que haver alguma transformação, propõem algumas mudanças, mas não estão certas quanto à sua efetividade nem quanto a outras alternativas viáveis que não comprometam a sua condição de trabalhadora rural. Assim, elaboram um discurso ambíguo, em que convivem radicalidade e conservadorismo.

A injustiça desse arranjo é particularmente evidente quando se pensa na responsabilidade das mulheres com relação às tarefas reprodutivas. Se a dupla jornada de trabalho já é algo difícil de ser suportado para as mulheres urbanas, na área rural ela aparece como um fardo que atinge diretamente a saúde des-

de a infância. O eixo em torno do qual a vida das mulheres rurais se estrutura é o trabalho. Doméstico ou agrícola, as mulheres responsabilizam-se pelo trabalho desde a mais tenra infância. Há relatos que indicam o início da vida “produtiva” aos cinco anos, seja ajudando os adultos na roça, seja cuidando das tarefas domésticas enquanto a mãe está na roça ou está doente. Isto também é verdade para os homens, com o diferencial de que eles não se responsabilizam por nenhuma das atividades ditas femininas. As meninas acumulam os dois tipos de atividade desde a infância.

Do ponto de vista conceitual é uma tarefa complexa pensar na reprodução como sendo um fenômeno apenas biológico, mas, no caso das mulheres rurais, a reprodução social se instala em suas vidas de modo independente da possibilidade ou capacidade reprodutiva de cada uma delas. Não é a reprodução biológica — a maternidade e o casamento, que constituem o ambiente cultural em que ela se dá — que traz como consequência a responsabilização da mulher pelos cuidados com a alimentação, saúde, higiene e educação da família. Comprova-se aqui o sofisticado raciocínio cultural que destina esse lugar às mulheres, baseando-se na suposição de que todas elas serão mães e esposas um dia. Na verdade, a capacidade e/ou possibilidade reprodutiva de cada mulher parece importar menos do que o simples fato de se ter nascido mulher. É suficiente que se seja mulher — independentemente de ser mãe, casada ou dona de casa — para que, automaticamente, lhe seja atribuída a responsabilidade pelas tarefas da reprodução.

Assim, desde muito cedo, as meninas cozinham, lavam e passam a roupa, arrumam a casa, cuidam dos irmãos mais novos, dos doentes e dos mais velhos, servem ao pai e aos irmãos mais velhos como se fossem pequenas réplicas das mães. A assertiva cultural que diz que o lugar da mulher é em casa, já, então, retira dessas meninas a possibilidade de estudar e brincar. Situação tanto mais agravada quanto elas tornam-se também responsáveis por parte do trabalho agrícola desde cedo. A dupla jornada se instala muito antes da menarca, revelando o desequilíbrio nas relações entre homens e mulheres no interior da família. Os meninos seguem o caminho do pai e também têm responsabilidades no trabalho, mas apenas no trabalho agrícola. E se isso também lhes impede de ir à

escola ou brincar, não os sobrecarrega com uma jornada dupla de trabalho, que se inicia ainda na madrugada e se estende pela noite.

Essas meninas chegam ao casamento com a aspiração de reduzir a carga de trabalho; afinal, na sua própria casa, já não teriam que receber ordens de todos e, pelo menos inicialmente, a família seria menor. Mas não é isso que acontece. Gestações e partos sucessivos prejudicam-lhes a saúde e há um momento em que tudo o que desejam é poder voltar para a roça e se desvencilhar do lugar da casa. Aqui, reinicia-se o ciclo, com o processo de aprendizado das suas filhas, que deverão lhes liberar para a atividade agrícola. Geralmente, a responsabilidade pela casa concentra-se em uma das filhas — a mais velha ou a mais nova —, que enfrentará inúmeras dificuldades para realizar qualquer projeto pessoal.

Essa filha torna-se uma pessoa extremamente necessária para a sobrevivência da família e as resistências à sua saída de casa são muitas: noivados são rompidos, casamentos sucessivamente adiados, o desejo de estudar e trabalhar constantemente negados. Numa espécie de paradoxo, a mulher que assume as tarefas da reprodução social da família fica impedida por essa mesma família de cumprir com o papel que lhe foi culturalmente designado: constituir outra família para reproduzir biologicamente.

Para algumas dessas mulheres, no entanto, há ganhos suplementares com essa situação. Ter acesso e controle sobre o dinheiro da família é um deles, especialmente em famílias de viúvos/as. Com a idade, parecem assumir um lugar de poder que lhes permite delegar responsabilidades para que alcem novos vãos — desde que não saiam de casa. É comum encontrar algumas dessas mulheres entre as militantes de movimentos sociais. O casamento se constitui um impedimento à participação política das mulheres e a situação vivida por elas termina por favorecer sua participação. No seu caso, não há um homem a mandar na casa, há vários homens e mulheres que mandam nela, mas que, para usufruir dos seus serviços, têm que fazer algumas concessões, pois ela pode bem se revoltar e decidir casar, abandonando-os à própria sorte. Essas mulheres têm consciên-

cia dessa ligeira vantagem que levam com relação às casadas e se questionam se vale a pena ou não sair dessa situação para se submeter a um marido.

Mas, para casadas e solteiras, o fato de acumularem dois tipos de atividades, em um contexto de pobreza e ausência de serviços básicos, traz graves consequências para suas vidas como, por exemplo:

1. Desvalorização da sua atividade agrícola, entendida como complementar e inferior à do homem, o que lhes fixa no lugar de doméstica, sem poder de decisão e negociação com relação à produção.
2. A fixação no lugar de domésticas lhes confere poder no espaço privado, mas elas continuam submetidas ao chefe da casa, que é o homem, dono da terra.
3. Ausência absoluta de poder com relação à administração financeira da propriedade e da produção.
4. Graves prejuízos à sua saúde, especialmente reprodutiva: envelhecimento precoce, gestações sucessivas, alto número de abortos espontâneos e provocados, laqueaduras realizadas por razões de saúde, alto número de histerectomias.
5. Todas as consequências anteriores se constituem em sérios limites (em alguns casos, impossibilidade total) para que ascendam à condição de cidadãs: não se vêem e não são vistas como trabalhadoras e, por isso, não têm acesso a direitos trabalhistas e não circulam pela esfera pública nem fazem interlocução com outros sujeitos, o que lhes tira a possibilidade de luta pelo acesso aos direitos sociais já conquistados no Brasil.

No entanto, um discurso e uma ação de resistência se constroem, especialmente, a partir das militantes, mas com ressonâncias entre as não ativistas. A base desse discurso é a injustiça do arranjo entre produção e reprodução, baseada na invisibilização do trabalho produtivo da mulher e nos custos pessoais decorrentes

da sobrecarga de trabalho. Mas aparece também a idéia de interdependência econômica entre produção e reprodução e do valor econômico deste último. Aqui, a força de trabalho das mulheres estaria sendo superexplorada e seria fonte de lucro adicional para o capitalismo. Tudo isso seria revelador do lugar inferior ocupado pelas mulheres na sociedade, que leva a que seu trabalho desapareça até nas estatísticas oficiais. Algumas soluções se vislumbram no discurso dessas mulheres: a necessidade de divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres na família, o acesso das mulheres à esfera pública na condição de trabalhadoras sindicalizadas, com expansão para a condição de cidadãos, o acesso à capacitação técnica e, no campo simbólico, a necessidade de valorização do trabalho doméstico como central para a economia nacional.

Os caminhos para a viabilização dessas soluções são tortuosos: exigem um intenso embate e negociação com companheiro e filhos, enfrentamentos sucessivos com a família e a comunidade e um combate político no interior do movimento sindical de modo a tematizar essas questões.

Mas é quando as mulheres se referem ao trabalho agrícola que se revela o prazer de realizar uma atividade produtiva e o sentimento de estar construindo algo. É generalizada a preferência pelo trabalho agrícola em detrimento do trabalho doméstico. Este é visto como repetitivo, cansativo, como um lugar de subordinação e solidão. A roça, pelo contrário, é um trabalho que não é constantemente desfeito, no qual é possível ver resultados e, além disso, é um lugar de encontro com outras pessoas, onde se conversa e se brinca. Este último aspecto é particularmente enfatizado pelas assalariadas, que compartilham do mesmo espaço de trabalho com mulheres de diferentes locais de residência.

Na construção do discurso sobre o trabalho revela-se, mais uma vez, a crítica à imposição social do trabalho doméstico para as mulheres. Assim, os argumentos utilizados para justificar a preferência pela roça são os seguintes:

1. Na roça (das pequenas produtoras), elas têm autonomia sobre as atividades que realizam, não recebem ordens. Em casa, pelo contrário, estão

sempre atendendo às solicitações de marido e filhos; e as adolescentes, de todos os membros da família.

2. Trabalho agrícola tem valor monetário, rende dinheiro para elas ou para a família, seja através dos produtos vendidos ou do salário. O trabalho doméstico não traz nenhuma recompensa monetária.

3. Trabalho agrícola também lhes dá poder diante dos homens, pois lhes confere poder de barganha e lhes dá o direito de negociar espaço nas decisões sobre o destino da produção. A mulher que só fica em casa não tem como justificar a sua participação nas decisões, pois não participou do trabalho.

4. Para as assalariadas, o dinheiro ganho com o trabalho tem um forte componente individual: é ela quem recebe o dinheiro, assina o recibo em seu nome, guarda o dinheiro consigo e, portanto, tem maior poder sobre ele do que a família e, por isso, pode negociar usos individuais para o mesmo. Isso é compreendido como fundamental para a mulher demarcar a sua autonomia diante do homem.

5. Ainda para as assalariadas, o espaço do trabalho é o mesmo do crescimento pessoal: é ali que conhecem pessoas de outras comunidades, que trocam informações sobre os mais variados assuntos e que entram em contato com o movimento sindical e de mulheres. O trabalho doméstico, ao contrário, as mantém isoladas do mundo e lhes impede o acesso à informação, ferramenta fundamental para se viver.

6. E é graças ao esforço despendido na realização do trabalho agrícola que as mulheres conseguem ascender a um lugar antes reservado apenas aos homens: o lugar de quem exige e merece o descanso e o lazer, para repor as energias gastas no trabalho. À mulher que só se dedica às atividades domésticas esse lugar é constante e vigorosamente recusado pelos membros da família.

7. Trabalho agrícola é também aquele que lhes confere direitos e, portanto, as coloca no lugar de cidadãs, diferentemente do trabalho doméstico, que lhes reserva apenas o lugar de usuárias e beneficiárias de serviços públicos.

8. A combinação de todos esses fatores faz com que o trabalho agrícola seja um grande motivador de transformação da condição das mulheres, o que é compreendido como profundamente positivo.

Paradoxalmente, muito pouco dessas aspirações e reflexões das mulheres são levadas em conta pelos gestores de projetos de desenvolvimento rural. Vale lembrar que, neste momento, a área rural nordestina passa por importantes processos de reordenamento produtivo. De acordo com o Dr. Aloísio Sotero, superintendente da Sudene, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, do dia 18 de julho de 1999, no último ano a região apresentou índices de crescimento econômico maiores que os do Brasil e o imperativo, neste momento, é o investimento nas áreas sociais, com ênfase na capacitação de mão-de-obra. Afirmações como essa sinalizam para o aumento dos investimentos públicos e privados na área de emprego e renda, o que nos desafia a encontrar formas de incorporação da problemática de gênero no novo contexto rural nordestino, sob pena de reproduzirmos desigualdades seculares apenas “maquiadas” pela melhoria de indicadores econômicos.

Os Homens no IRRRAG¹

O *International Reproductive Rights Research Action Group* – IRRRAG, foi criado em 1992 como uma articulação internacional de pesquisadoras feministas. Sete países faziam parte do grupo inicial — Brasil, México, Estados Unidos, Nigéria, Egito, Malásia e Filipinas —, que tinha a coordenação da cientista política americana Rosalind Petchesky, professora do Hunter College em Nova York. A idéia desse grupo era promover estudos qualitativos multicêntricos de modo a trazer para a cena política e acadêmica as vozes de mulheres pobres de diferentes regiões do mundo. Vale lembrar que este foi o período inicial das conferências comemorativas dos cinquenta anos das Nações Unidas através das quais a ONU pretendeu rediscutir e alterar significativamente os protocolos e as plataformas de ação que orientam as políticas públicas nos países-membros em diferentes campos da vida social. A grande novidade nas conferências comemorativas foi a participação da sociedade

¹ Texto apresentado no Seminário do Grupo de Estudos da Masculinidade – Gema, na Universidade Federal de Pernambuco, sob a coordenação de Jorge Lyra, em novembro de 1999.

civil tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Diferentemente de outros períodos, neste a própria ONU incentivou os países-membros a elaborarem seus documentos oficiais a partir do diálogo com a sociedade civil local e, em todas as conferências, aconteceram fóruns paralelos com representantes não-governamentais que funcionaram como instâncias de pressão para a aprovação de propostas no fórum oficial.

A idéia do IRRRAG era produzir dados e informações sobre a vida das mulheres que pudessem servir de subsídios para as discussões nessas conferências, principalmente na *Conferência de População e Desenvolvimento*, no Cairo, e na *Conferência da Mulher*, em Beijing; mas também em outras, como *Direitos Humanos, Desenvolvimento Social e Hábitat*. O foco central do grupo era a discussão sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais, compreendidos como direitos humanos, e a idéia era produzir informações consistentes a respeito da ausência desses direitos para a maioria das mulheres que levassem a ONU a recomendar aos países-membros políticas específicas nessas áreas. O IRRRAG não foi a única iniciativa desse tipo que surgiu nesse período; outras redes e articulações também foram formadas com o mesmo objetivo final, mas com ligeiras diferenças quanto ao método de trabalho.

Para isso, o IRRRAG convocou pesquisadoras feministas ligadas a ONGs ou universidades, em vários países e, no final, ficaram os sete de que já falei. Além das pesquisadoras das equipes nacionais, contamos com um grupo de consultoras internacionais que nos auxiliaram na definição de uma metodologia comum que permitisse a comparabilidade dos estudos. Em todos os países, foram entrevistadas/os mulheres e homens residentes em áreas rurais e urbanas e tentou-se ainda garantir uma certa diversidade do ponto de vista étnico, racial e religioso. No total, foram entrevistadas 1.400 mulheres, em todos os estágios da vida adulta e pertencentes a cerca de 18 diferentes grupos étnicos e religiosos, em 32 comunidades. No Brasil, a pesquisa foi feita em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo, envolvendo, respectivamente, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas e donas de casa.

Os resultados do IRRRAG I, como passarei a chamar a partir de agora, foram de fato utilizados como subsídios durante as conferências e geraram um sem-número de produtos: um livro com todos os estudos de caso, vários livretos para a imprensa e ativistas, materiais educativos diversos para as populações entrevistadas e vídeos. Os resultados indicaram, ainda, a necessidade de se investigar qual o lugar dos homens no campo da sexualidade e da reprodução, dando origem à segunda pesquisa do grupo, que chamamos de IRRRAG II.

* * *

O Brasil, e apenas Pernambuco e São Paulo, foi um dos dois países — o outro foi o Egito — que envolveu homens na pesquisa, e por razões mais políticas que científicas. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste — MMTR-NE, que nos auxiliou no contato com as mulheres e montou o trabalho de campo para nós, solicitou que entrevistássemos homens para que elas reunissem informações sobre o universo masculino para o trabalho que desenvolviam na área de gênero. Assim, fizemos oito sessões de grupos focais com dezoito homens de diferentes faixas etárias: dez na região do Sertão Central e oito no Sertão do São Francisco. É importante ressaltar que a pesquisa foi desenhada para um universo exclusivamente feminino. Embora a coordenação internacional tenha nos deixado livres para adaptações locais, não tínhamos liberdade para modificar o foco da investigação. A inclusão dos homens, portanto, foi feita a partir de um desenho metodológico cujas questões de pesquisa voltavam-se para as mulheres. Com isso, as informações produzidas a respeito dos homens estavam limitadas desde a origem e, conseqüentemente, a análise dos dados também foi muito limitada, não nos permitindo avançar no campo específico da constituição das masculinidades no Nordeste.

Nada disso, no entanto, reduziu minha surpresa com a qualidade do material que tínhamos em mãos. Trabalhamos quatro temas nos grupos focais: parceria amorosa, trabalho, contracepção e sexualidade e é a partir dos resultados dessas discussões que tecerei alguns comentários sobre os homens do Sertão.

* * *

Os homens entrevistados são trabalhadores rurais, nascidos, criados e vividos no regime de agricultura familiar. Mas, enquanto os do Sertão Central ainda sobrevivem de suas pequenas propriedades, os do São Francisco já perderam a terra, vieram de outras regiões e são assalariados nas fazendas de fruticultura irrigada. Todos são pobres, pouco escolarizados, mestiços e negros, casados e têm filhos. Há uma característica, no entanto, que os fazem diferentes de outros sertanejos e que explica boa parte de minha surpresa ao mexer com o material dos grupos: todos são ativistas do movimento sindical rural e, portanto, compartilham de uma visão de mundo semelhante que se baseia nos princípios da igualdade e da justiça. O discurso do movimento sindical rural, como é sabido, é um agregado de elementos da matriz socialista e da Teologia da Libertação e ambas possuem uma forte base de desnaturalização das relações sociais que, a despeito do conhecido e criticado determinismo econômico “em última instância”, reserva aos sujeitos um papel fundamental na condução de sua própria história.

Esse discurso, que parece estar definitivamente instalado quando os homens falam sobre sua situação de classe, provoca tensões e fissuras importantes quando o tema são as relações de gênero. Esses homens sentem-se e colocam-se como agentes de mudança social, o que lhes dá uma importância antes restrita ao ambiente doméstico ou, no máximo, comunitário. O processo de conscientização, se é que podemos chamar assim, levou os homens a aceitarem e vivenciarem na prática a idéia de igualdade diante dos ricos e poderosos da região. Assim, as diferenças entre os dois grupos são atribuídas a injustiças sociais que podem e devem ser corrigidas e é para isso que eles trabalham. Um processo como esse desloca o sujeito de um lugar de submissão e ignorância para outro onde a sua situação de vida é compreendida de modo racional. Ao mesmo tempo, essa nova situação lhe oferece um poder de ação, amplamente sustentado na existência de um coletivo, que eleva a sua auto-estima. Se pensarmos que, do ponto de vista de gênero e em comparação com as mulheres, os homens já estariam situados em uma situação vantajosa, poderíamos imaginar que, através desse novo processo de empoderamento, a distância entre homens e mulheres só tenderia a se alargar. Mas isso é apenas parcialmente verdadeiro.

O fato é que esse grupo não pode ser considerado como representativo dos homens da região. Eles têm consciência de que são diferentes dos outros, sentem-se mais importantes, e assim são percebidos pela comunidade. De outro modo, não seriam as lideranças que são. No interior do próprio grupo, o discurso da igualdade é dominante, mas apresenta gradações de acordo com o tempo de cada um no movimento e, como era de se esperar, de acordo com a capacidade intelectual de cada um, que pode ou não estar ligada à escolarização. De qualquer modo, nenhum deles percebia-se como um homem “comum”. Ao contrário, reafirmavam a trajetória percorrida: daquele que nada sabia, porque sempre viveu explorado, até este homem consciente que, junto com os companheiros, pode descobrir as verdades do mundo para transformá-lo. Sob essa aparência de um novo homem construído na luta, sobrevivem, no entanto, alguns dos traços da cultura tradicional do Nordeste, fortemente explicitados nas suas opiniões sobre as relações de gênero.

* * *

De um modo geral, os homens defendem a idéia de que as mulheres são iguais a eles — porque todos os seres humanos são iguais — e, por isso, nenhuma desigualdade nessa relação poderia ser justificada. Mas a vida cotidiana, como sabemos, é muito mais complexa do que os discursos que podemos elaborar sobre ela, e as relações de gênero são muito mais próximas de cada um de nós do que as relações de classe. Envolvem afetos e sentimentos e exigem decisões e atitudes diárias que afetam não apenas a nossa vida, como a vida daqueles que nos são mais queridos. Da afirmação à realização da igualdade entre homens e mulheres, há uma boa distância e é na tentativa de percorrê-la e dar-lhe sentido que os homens constroem um novo discurso em que convivem, quase tranquilamente, a tradição e a mudança.

Lancemos o olhar sobre o casamento e o papel de homens e mulheres na vida familiar. A tradicional divisão de papéis recebe uma nova roupagem: a solidariedade, o companheirismo e a compreensão mútua expressas através dos termos “combinação”, “coordenação”, “diálogo”. O que é trazido para a cena conjugal

é o diálogo e o reconhecimento de que são dois seres humanos que estão se relacionando; o que é retirado é a violência e, segundo os homens, a “ignorância”, a “falta de conhecimento e educação”. Mas os papéis permanecem: a mulher é ainda a dona de casa e o homem é ainda o chefe da casa, responsável principal pelas finanças domésticas e detentor do poder de decisão sobre as questões familiares mais gerais. Nada impede que, nesse novo arranjo, a mulher colabore com o homem na tomada de decisões ou que o seu trabalho na agricultura seja reconhecido e valorizado como tal. Do mesmo modo, nada impede que os homens, eventualmente, ajudem nos serviços domésticos. Mas os “reinos” permanecem separados e apenas parcialmente permeáveis, embora eles afirmem a não-hierarquização entre eles. A justificativa para isso é basicamente cultural, mas traz alguns traços da naturalização que o discurso “moderno” inutilmente tenta combater. Assim, dizem que é preciso organização, mesmo dentro da família, e nada funcionaria se todo mundo fizesse tudo. Além disso, graças à educação, homens e mulheres estão especificamente habilitados para fazer o que fazem. A educação é entendida como algo que pode ser mudado, mas o horizonte dessa mudança é longínquo e o processo de mudança é descrito com tantas dificuldades que terminam por inviabilizá-la, ao menos no plano desta geração. Aqui, a cultura é tratada quase como uma espécie de natureza por esses agricultores que, paradoxalmente, sabem mais que ninguém o quanto a natureza pode ser transformada.

No campo da sexualidade, como era de se esperar, os traços da mentalidade tradicional se fazem mais visíveis, mas são fortes as tensões com as concepções de direito e justiça. A primeira delas diz respeito à necessidade de manutenção da virgindade feminina até o casamento. É evidente que a idéia de igualdade entre os sexos jamais poderia justificar essa norma diferenciada para homens e mulheres. Por outro lado, a aceitação dessa igualdade altera substancialmente as práticas sociais da comunidade, levando a mudanças importantes no âmbito familiar como, por exemplo, permitir que as meninas sejam informadas sobre os temas da sexualidade — o que exigiria uma maior preparação de pais e mães para fornecerem as informações. Implicaria, ainda, am-

pliar a liberdade de circulação de meninas e moças cuja restrição está justamente baseada na manutenção de sua virgindade. Finalmente, retiraria de cena os valores *pureza/honra* como elemento de barganha no estabelecimento dos vínculos matrimoniais. Um outro conjunto de valores teria que entrar em cena, rompendo com a antiga moral e constituindo uma nova.

E porque nada disso é simples e nada disso é fácil, a idéia de direitos iguais é mantida com uma ressalva sofisticada que, mais uma vez, vai buscar na natureza a sua justificativa. Assim, o sexo é visto como uma necessidade natural e, por ser natural, é igual para homens e mulheres. Mas é uma necessidade corporal concreta que se expressa através de fluidos que circulem pelo corpo num processo de “carregar” e “descarregar” cuja manutenção garantiria a saúde dos indivíduos. A vida sem sexo, portanto, não é uma vida saudável e poderia levar à doença e à morte. Mas os fluidos e os processos masculinos e femininos são diferentes. Nos homens, o fluido é o sêmen e nas mulheres esse fluido é a menstruação. No caso dos homens, a expulsão do sêmen depende de intervenção externa — através da masturbação ou da relação sexual — daí a necessidade de que os homens façam sexo regularmente. No caso das mulheres, o próprio corpo se encarrega de expulsar e renovar o fluido e aí as mulheres não precisam de sexo como o homem. Para elas, o sexo como necessidade corporal é auto-resolvido e a relação sexual com um homem obedeceria a regras puramente culturais que justificam a adoção de normas restritivas que visem o bem-estar e o bom ordenamento social e não mais a saúde individual.

Foi interessante notar o modo consensual como essa idéia foi defendida nos grupos de homens. Apenas um homem questionou a sua veracidade e mesmo assim sem negá-la de todo, apenas afirmando que, mesmo que seja assim, as mulheres têm vontade e que se desejarem fazer sexo esse é um direito delas que deve ser respeitado. Nos grupos de mulheres, ao contrário, a idéia foi profundamente questionada, o que indica que esta é, de fato, uma construção de gênero mais do que um elemento representativo da moral da comunidade como um todo.

Curiosamente, raciocínios como esse não se aplicaram à questão da homossexualidade. Aqui, a idéia de direito e igualdade se sobrepôs a outras justificativas. De modo geral, os homens afirmam que não está muito certo se relacionar sexualmente com pessoas do mesmo sexo, mas que se as pessoas o fazem é porque devem ter uma razão muito forte para isso. Evidente que alguns indicaram problema de saúde como uma razão para as práticas homoeróticas, mas a maioria defendia a idéia de uma certa disposição pessoal, não muito explicável, que levaria as pessoas a só se satisfazerem com alguém do mesmo sexo. E se a satisfação sexual é uma necessidade e um direito, isso deveria ser respeitado. A discriminação e o preconceito foram condenados com veemência, levando-me à velha questão a respeito da sexualidade heterossexual feminina ser tão mais difícil de ser aceita do que as práticas homossexuais. O comportamento sexual das mulheres incide diretamente sobre a constituição das famílias e, no caso da agricultura familiar, sobre o próprio sistema de produção econômica. As potenciais ameaças aí contidas são maiores do que as apresentadas por homossexuais — a não ser, naturalmente, que trabalhássemos com a idéia de uma população majoritariamente homossexual que, aí sim, alteraria de modo profundo todas as relações sociais. Mas esse não parece ser o caso, ao menos até o momento. Finalmente, não podemos esquecer a homossociabilidade presente na sociedade brasileira e, em particular, no Nordeste que, associada ao fato de que eram homens que enunciavam esse discurso, pode se constituir em um ambiente favorável a uma maior tolerância com relação à homossexualidade, ao menos no nível do discurso.

* * *

Faço um esforço agora de voltar o meu foco especialmente para esse grupo de homens sertanejos. O que me chama mais atenção é a fissura que eles representam na cultura tradicional do Sertão. Mesmo tendo observado as contradições presentes no seu discurso, que certamente revelam conflitos de ordem prática, a simples existência de uma fala explicativa sobre o mundo que parte de outras bases e busca novos sentidos me parece imensamente significativa. Não sei se é possível falar na emergência de um novo homem ou de

uma nova masculinidade, subalterna talvez?, mas que algo acontece ali, acontece. Não tenho dúvida de que a organização das mulheres do Sertão e as mudanças por elas operadas na vida familiar exercem um papel importante aí. Mas, paralelamente a isso — e a outros elementos, como a modernização do campo, por exemplo — acho que os homens vivenciam um processo extremamente interessante de ampliação e ressignificação de um discurso inicialmente voltado para explicar a sua situação de classe e que, dadas as novas circunstâncias e as próprias mudanças por eles almejadas, têm que se enfrentar com a explicação das desigualdades de gênero.

Penso nesses homens como pessoas que passaram de uma situação social de total subordinação diante dos poderes constituídos para uma nova situação em que se vêem como sujeitos de sua própria história. Nesse movimento, no entanto, não estão sós e, muito rapidamente, têm que lidar com a entrada em cena das mulheres que recolocam a questão do poder em, pelo menos, dois níveis: levando para a cena pública as questões específicas das mulheres e trazendo para a cena doméstica a politização das relações familiares — que, nesse caso específico, incluem as relações de trabalho. Os homens estão envolvidos, portanto, em um duplo movimento: ampliação do poder que exercem na esfera pública e redução do poder na esfera privada. Note-se que essa é uma situação bastante diferente daquela vivida pelas mulheres ativistas que apenas tiveram seu poder ampliado, tanto na esfera pública quanto na privada. Em que direção isso estaria reconfigurando a masculinidade tradicional ainda não é claro para mim. Mas o fato é que esses homens lidam com o processo de exaustão dos mecanismos tradicionais de exercício do poder sem que novos mecanismos estejam ainda plenamente constituídos. De acordo com o que observei, no entanto, esse não me parece um impasse paralisante e sequer me parece ser o maior impasse com que eles — e elas — têm que se enfrentar. Supondo que se alcance um novo patamar nas relações de gênero, corrigindo-se desequilíbrios e desigualdades e gestando-se novos homens e mulheres, um novo impasse estará criado: qual o futuro da agricultura familiar sem a sustentação de um modelo sociocultural com papéis de gênero rigidamente definidos?

Essa questão a pesquisa não respondeu, mas ela está associada ao enorme desafio de tentar compreender que Sertão é esse que emergiu das últimas décadas, povoado de parabólicas, telefones celulares e, para citar sem autorização o cineasta Lírío Ferreira, “Um Sertão que é parte de um Estado que convive com o excesso de informações e a falta d’água”.

Do Sujeito da Ação ao Objeto de Reflexão: Homens, Sexualidade e Reprodução. O Caso da Zona da Mata Canavieira de Pernambuco¹

Ana Paula Portella e Pedro Nascimento

Considerações Iniciais

É possível dizer-se que, até muito recentemente, esteve instalado um silêncio em torno da questão da sexualidade e da reprodução masculinas, que envolvia não só os indivíduos do sexo masculino, como também as suas parceiras, as instituições políticas e sociais e os sistemas de crenças e

¹ Texto apresentado no *Congresso Anual da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Caxambu/MG, outubro/2000.

valores existentes na sociedade. Os estudos e ações sobre temas como sexualidade e reprodução têm por pressuposto a reflexão a respeito dos atributos de gênero e de sexo, o que implica refletir como o gênero tem configurado a forma como homens e mulheres devem se relacionar com as questões voltadas à sexualidade e à saúde reprodutiva.

Esse silêncio começou a ser rompido de forma mais explícita com a *IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, realizada em 1994, no Cairo, bem como com a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, em Beijing, em 1995, promovidas pela ONU, quando foi reconhecida a necessidade de se promover uma maior participação dos homens nas decisões acerca da saúde sexual e reprodutiva. Passou-se a partir daí a um questionamento mais sistemático sobre a possibilidade de a eficácia de políticas públicas voltadas às questões citadas poder estar vinculada a uma maior participação masculina. Isso significou o reconhecimento de que questões como planejamento familiar, contracepção, prevenção a DSTs/Aids deveriam ser tratadas como sendo também de responsabilidade masculina.

Essa passagem, no entanto, não se dá de modo tranquilo e sequer podemos dizer que esteja concluída. O ciclo de conferências comemorativas dos 50 anos das Nações Unidas, do qual fazem parte as conferências do Cairo e Beijing, foi profundamente influenciado pelo desenvolvimento e pela ação das organizações não-governamentais, especialmente nos países do Sul. E, na definição das agendas no campo da sexualidade e da reprodução, as organizações de mulheres e o movimento feminista cumpriram um papel central. Desde a década de 60, as feministas chamam a atenção para a perigosa articulação entre mulher e reprodução, de um lado, e homem e produção, de outro. Articulação que tem por base os binômios socialmente construídos que associam as mulheres à natureza e os homens à cultura. Não é necessário enumerar aqui os muitos discursos que justificam essas associações, alguns dos quais proliferaram mesmo no interior do próprio feminismo, embora de forma positivada.²

² Este é o caso do ecofeminismo que, ao associar as mulheres à natureza, lhes confere as qualidades de cuidadora e protetora que, nessa concepção, seriam elementos fundamentais para a construção de um mundo mais solidário e pacífico.

Mas, no final dos anos 80, já estão por demais divulgadas algumas das consequências negativas das concepções que compreendem as mulheres como seres eminentemente voltados para a reprodução e para a sexualidade. Neste período, as feministas já somam pelo menos duas décadas de estudos, pesquisas e intervenções sociopolíticas sistemáticas que confirmam não apenas o modo como a iniquidade de gênero produz morbidade e mortalidade femininas — em sua grande parte associadas à vida reprodutiva e sexual —, como também demonstram a ineficácia de políticas sociais que não tomem por base, na sua elaboração e implementação, as desigualdades presentes na sociedade. Nos anos 80, a despeito de todo o desenvolvimento científico e tecnológico, o quadro geral da condição e da situação das mulheres no mundo é ainda desalentador.

Entram em campo, naquele momento, muitos elementos explicativos para a persistência das desigualdades de gênero e para o fracasso das políticas que, em alguma medida, tentaram revertê-las.³ A chamada “ausência” masculina dos campos da reprodução e da sexualidade é um desses elementos, mas não é o único. A pobreza, os diferentes fundamentalismos religiosos, as estruturas de poder político e econômico, que permanecem intactas, estão ao lado dessa “ausência” masculina.

Há, aqui, um curioso movimento que aproxima a denúncia feminista a respeito do modo como a reprodução é vivida solitária e dolorosamente pelas mulheres e o discurso de alguns setores da cooperação internacional defensores de políticas de gênero que incluam os homens, sobretudo porque a raiz da desigualdade de gênero estaria na pobreza. A convergência, no entanto, é apenas ilusória — ou superficial. Ao falar em solidão e dor, as feministas estão se referindo, sobretudo, à invisibilidade pública dos temas da reprodução e da sexualidade, à ausência de problematização política dos mesmos e à falta de suporte social e político para um exercício tranquilo e saudável da sexualidade e da reprodução. É essa dicotomia radical que associa, de um lado, mulheres/sexualidade/reprodução/vida privada e, de outro, ho-

³ Evidentemente que nem todas as tentativas foram fracassadas. Da *Conferência da Década da Mulher*, em Nairóbi, em 1975, ao Cairo, pode-se contabilizar avanços em muitos países, entre eles o Brasil. Mas é pouco provável encontrar, sobretudo nos países do Sul, exemplos de políticas estruturadoras que instauraram de modo efetivo a igualdade de gênero.

mens/produção/vida pública, que é denunciada pelas feministas, e não o apartamento individual entre mulheres e homens. O foco não está nos indivíduos, nem sequer nas famílias, mas no modo como as sociedades se organizam para dar conta do que é vivido, criado e produzido nas esferas privada e pública. A decorrência prática desses discursos feministas são intervenções voltadas para o fortalecimento das mulheres enquanto indivíduos e enquanto grupos, de modo que possam construir projetos próprios e autônomos.

Nada nos impede de supor que aí, nesses primórdios da discussão a respeito dos homens na reprodução e na sexualidade, tenha acontecido um reordenamento da disputa por recursos públicos nacionais e internacionais. A perspectiva do empoderamento das mulheres teve como consequência a elaboração de políticas e projetos voltados especificamente para elas, que, evidentemente, disputavam recursos com políticas e projetos voltados para as comunidades como um todo. Não é por outra razão que, até hoje, algumas feministas acreditam que a entrada dos homens nos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos pode ser um modo de reduzir os recursos — e, conseqüentemente, os impactos — para os projetos destinados às mulheres. É bastante provável que isso venha acontecendo em algumas situações, mas nos parece demasiado afirmar que o surgimento e a manutenção dessa discussão no campo político e acadêmico se deva apenas às estratégias de financiamento para o desenvolvimento.

Lembraríamos apenas mais dois elementos que tornam o debate mais complexo. A década de 80 é também o momento de divulgação da descoberta da Aids e do surgimento dos primeiros grupos de reflexão sobre a condição masculina nos Estados Unidos que, numa trajetória similar à do feminismo, vieram acompanhados de uma produção acadêmica consistente e sistemática. A Aids recoloca o tema das doenças sexualmente transmissíveis em um outro patamar. Até então, as respostas da medicina para o tratamento das DSTs eram consideradas satisfatórias e o ciclo “infinito” de reinfecção, produzido por relações sexuais desprotegidas, era minimizado pela possibilidade de cura, de tal modo que, exceto nos casos em que se associavam à pobreza e à miséria, as DSTs dificilmente eram tratadas como um problema grave, a não ser pelas feministas, que as relacionavam ao quadro mais geral da saúde da mulher.

Naquele momento, a Aids colocou-se em cena como a DST incurável, podendo estar associada a outras DSTs, que criariam um ambiente favorável para a contaminação com o HIV. A Aids traz o problema para o âmbito da prevenção e não do tratamento e da cura e, com isso, ressitua as DSTs como algo que acontece entre duas pessoas e que, como tal, deve ser pelas duas enfrentado. Com isso, a Aids traz o homem para a cena da saúde sexual que, obviamente, está articulada à reprodução e à sexualidade. E ao exigir o uso de um método comportamental como principal modo de prevenção, a epidemia da Aids termina por solicitar de homens e mulheres que dialoguem, que mudem suas formas de se relacionar. No caso dos/as heterossexuais, essa situação tornou imensamente mais clara a desigualdade de poder no interior dos casais, com desvantagens fatais para as mulheres, ao mesmo tempo que trouxe para profissionais e ativistas do campo da saúde a necessidade de voltar-se para os homens — até porque o preservativo é um método masculino.

Na área da saúde sexual e reprodutiva, portanto, constitui-se um novo sujeito: o homem. Com ele, esboça-se um novo discurso que, assim como o discurso feminista, é múltiplo e diverso e se constrói na tentativa de compreender e explicar a nova condição de um sujeito que, por ter sempre estado em situação de poder, raramente foi colocado na posição de objeto de reflexão e problematização, tal como as mulheres. No máximo, os homens foram pensados e debatidos enquanto seres humanos, representantes da humanidade, e não se levando em conta as suas especificidades em relação às mulheres. São os acadêmicos e ativistas do campo da(s) masculinidade(s) que dão forma e visibilizam essa discussão, complexificando e reproblematicando o debate sobre o gênero. É no passo dessas considerações que a pesquisa, a partir da qual este texto surge, encontra seu sentido.

Essa pesquisa é parte de uma pesquisa maior realizada pelo *International Reproductive Rights Research Action Group* – IRRRAG.⁴ Esse grupo foi

⁴ Este trabalho não poderia ter sido feito sem a colaboração fundamental dos/as integrantes do IRRRAG no Brasil: Simone Diniz (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde - SP), Cecília de Mello e Souza (Eicos - UFRJ), Gary Barker (Pró-Mundo - RJ), Dirce Pinho (Fala Preta - SP), Benedito Medrada (Papai - PE) e Sandra Unbehaum (Fundação Carlos Chagas - SP). Além disso, agradecemos particularmente aos/as pesquisadores/as da equipe de Pernambuco: Jorge Lyra, Karla Galvão, Cláudio Pedrosa e João Bosco Jr. (Papai - PE).

criado em 1992 como uma articulação internacional de pesquisadoras feministas. Sete países faziam parte do grupo inicial — Brasil, México, Estados Unidos, Nigéria, Egito, Malásia e Filipinas — coordenado por Rosalind Petchesky, do Hunter College, em Nova York. O IRRRAG foi e é parte do cenário em que a discussão sobre gênero e masculinidades se desenvolve. Seu objetivo primeiro foi a promoção de estudos qualitativos multicêntricos de modo a trazer para a cena acadêmica e política as vozes de mulheres pobres de diferentes regiões do mundo. Boa parte das ações de disseminação de resultados do IRRRAG esteve ligada às atividades de articulação política para as Conferências da ONU, tanto nos âmbitos nacionais como no internacional. O foco central do grupo é a discussão sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais, compreendidos como direitos humanos.

Entre 1992 e 1995, realizamos, em todos os países, estudos qualitativos com mulheres e homens residentes em áreas rurais e urbanas. No total, foram entrevistados 1.400 mulheres de 32 comunidades, em todos os estágios da vida adulta e pertencentes a cerca de 18 diferentes grupos étnicos e religiosos. No Brasil, a pesquisa foi feita em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo, envolvendo, respectivamente, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas e donas de casa. Os resultados dessa pesquisa (Petchesky & Judd, 1998) indicaram a necessidade de se investigar — a partir da perspectiva masculina, articulada à perspectiva das mulheres — qual o lugar dos homens no campo da sexualidade e da reprodução. Essa questão deu origem à segunda pesquisa do grupo, realizada em cinco países — Brasil, México, Nigéria, Malásia e Filipinas — e, atualmente, em fase de finalização. Neste texto, trabalharemos os resultados preliminares dessa segunda pesquisa, cujo trabalho de campo foi realizado em março de 2000, no município de Tamandaré, na Zona da Mata pernambucana.⁵

⁵ Além de Pernambuco, esta segunda pesquisa também foi realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro, com homens e mulheres das mesmas áreas e com o mesmo perfil socioeconômico dos grupos investigados na primeira pesquisa.

Gênero: Categoria Relacional?

O sentido de se desenvolver uma pesquisa junto à população masculina, além de remeter à necessidade percebida na primeira fase do IRRRAG, conforme anunciado acima, está inserido num projeto mais geral, há algum tempo postulado, mas ainda não totalmente incorporado pelas/os estudiosas/os do gênero, qual seja, a assunção de seu aspecto eminentemente relacional. Muito embora seja a essa percepção que se atribua o grande avanço da trajetória dos estudos assentados na luta feminista, e ainda que, já na década de 70, feministas chamassem a atenção para a necessidade de incluir os homens ou a masculinidade na reflexão e até já existissem estudos sobre masculinidade, estes foram obscurecidos pelo discurso feminista sobre a mulher e a feminilidade.

Assim, mesmo o estudo das “relações de gênero”, que se apresentou como uma nova fase nos estudos de gênero, não conseguiu esse feito com facilidade. O que se pôde notar foi a perspectiva da mulher ou do feminino em “relação” ao homem: este continuou sendo mais um meio para falar da mulher ou de sua submissão e menos um dos elementos a serem compreendidos em sua especificidade, passíveis de serem investigados, bem como fundamentais para a compreensão da anunciada “relação”. Por isso, dizermos que a afirmação de que gênero é uma categoria relacional funcionou, durante muito tempo, mais como um projeto a ser alcançado do que como uma real modificação na forma de conduzir a discussão.

Não nos interessará aqui refazer o histórico dessa conceituação, inclusive porque muitos autores já o fizeram (Barbieri, 1991; Heilborn, 1992; Scott, 1993; Vale de Almeida, 1995; Corrêa, 1996; Fonseca, 1996, para citar apenas alguns) de forma a problematizar o que estamos apenas anunciando. Tampouco quando falamos da ausência ou dificuldade da incorporação dos homens à discussão do gênero, mais que reclamar e fazer cobranças infundadas, o que significaria anacronismo e indisposição a reconhecer o valor político dessa tradição dos estudos de “mulheres” e, depois, dos estudos de “gênero”, estamos preocupados em dizer da necessidade

de incorporar a masculinidade não apenas como um contraponto à feminilidade. Se é legítimo reconhecer essa contraposição como decorrência da gênese desses estudos assentados na luta feminista, o mesmo não se pode dizer de sua manutenção hoje. A realização desse propósito implica em se repensar o conceito de gênero, desprendendo-o da oposição homem–mulher, com o intuito de torná-lo mais abrangente e operacional.

Nesse cenário de introdução dos estudos sobre os homens e as masculinidades, Connell (1987, 1995, 1997) foi um dos autores que fizeram contribuições importantes para o desenvolvimento de nossa investigação. Ele chama a atenção para o fato de que não existe uma só masculinidade, mas sim, uma masculinidade hegemônica, que seria a masculinidade-padrão considerada normal: “branca, heterossexual, dominante”:

“Em vez de tentarmos definir a masculinidade como um objeto (um caráter de tipo natural, uma conduta padrão, uma norma), necessitamos nos centrar nos processos e nas relações por meio dos quais homens e mulheres levam vidas envolvidas no gênero. A masculinidade (...) é ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais os homens e as mulheres se comprometem com essa posição de gênero, e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (Connell, 1997: 35 tradução livre).

Consideramos essa compreensão importante pelo fato de nos permitir pensar o gênero para além da assunção de determinados papéis e, assim, compreender que outras dimensões fundamentais da vida social estão atuando para a constituição das diferenças e assimetrias de gênero que não se esgotam na relação entre homens e mulheres.

“o gênero é muito mais do que as interações face a face entre homens e mulheres (...). É uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura

(...) muito mais complexa do que as dicotomias dos 'papéis de sexo' ou a biologia reprodutiva sugeririam" (Connell, 1995: 189).

Consideramos assim, que a dicotomia masculino-feminino é antes uma metáfora para a afirmação da diferença (Vale de Almeida, 1996: 161). Sendo isso verdadeiro, também não parece inevitável a associação entre fêmea, mulheres e feminilidade, tampouco macho, homens e masculinidade:

"A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível (...) por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador" (Vale de Almeida, 1996: 163).

É possível afirmar que essa masculinidade hegemônica, partilhada pelos homens por nós investigados, possui vários elementos em comum com outras populações. Valdés e Olavarría (1998: 14-15), por exemplo, ao se referirem ao que é ser homem em Santiago do Chile, remetem à existência de um modelo semelhante, segundo o qual o homem tem autoridade, sobretudo no lar; é autônomo e livre frente a outros homens; tem força e coragem e não expressa suas emoções, tampouco chora; é o provedor do lar e é heterossexual. Somando-se à compreensão de que o homem é o provedor "de teto, alimento e respeito" (Sarti, 1996: 38), é possível pensar este modelo estendido à grande parte da América Latina, de acordo com os estudos de Fuller (1997, 1998), no Peru, e Viveros (1998), na Colômbia, para citar alguns.

Com isso não queremos dizer que exista uma uniformidade das experiências, mas, pelo contrário, que para além das distinções, há recorrências marcantes. Um olhar mais atento faz ver que "a forma culturalmente exaltada de masculinidade só corresponde às características de um pequeno número de homens" (Vale de Almeida, 1995:150). E essa característica é igualmente importante para nós.

Porém pelos objetivos colocados para esse trabalho, estaremos atentos sobretudo a essas recorrências e em que medida elas estarão relacionadas à forma

como esses homens experimentam as questões que queremos problematizar mais diretamente.

Embora partilhemos do programa de Connell (1987), segundo o qual uma investigação da masculinidade deveria dar conta de três dimensões — a divisão do trabalho, a estrutura do poder e a estrutura da *cathexis* (sentimentos e emoções) —, estamos aqui destacando sobremaneira a forma como essa masculinidade se constitui na relação com as mulheres. Esse inventário mais geral estaremos fazendo-o, posteriormente, no decorrer da análise da pesquisa.

Universo de Pesquisa

Nosso universo de pesquisa foi composto por 32 homens e 30 mulheres moradores/as de quatro engenhos de cana-de-açúcar. Trabalhamos com um questionário fechado para identificação de perfil sociodemográfico e do grau de conhecimento a respeito de questões da sexualidade e da reprodução. Além disso, fizemos discussões em grupos e com 15 homens fizemos entrevistas em profundidade, baseadas nas suas histórias de vida, com foco na reprodução e na sexualidade. Neste artigo, nossa análise irá se apoiar em algumas informações do questionário e na observação etnográfica que realizamos nos engenhos e na sede do município.

Tamandaré é uma cidade de cerca de 15 mil habitantes, situada no litoral de Pernambuco e formada por um pequeno núcleo urbano voltado para o turismo, pesca e comércio, e por um conjunto de engenhos de cana-de-açúcar, boa parte deles falidos e em processo de ocupação pelos/as trabalhadores/as rurais da área. A produção de cana-de-açúcar declinou consideravelmente nos últimos anos e a agricultura familiar, proposta como principal atividade econômica para as áreas de assentamento, ainda não está satisfatoriamente instalada. Praticamente toda a população rural do município está operando a passagem entre o regime de trabalho assalariado nos engenhos e nas usinas e o regime de trabalho autônomo nos lotes individuais ou comunitários dos assentamentos. Em termos de atividades produtivas, isso significa um imenso contingente de pessoas que

trabalham — na tentativa de aprender uma nova atividade que envolve novos conhecimentos —, mas que tiveram seus rendimentos, que já não eram altos,⁶ drasticamente reduzidos em função da falência dos engenhos. Entre os nossos entrevistados, a maior renda familiar é de 3,3 salários mínimos/mês e, mesmo assim, em um único caso. Metade das famílias dos entrevistados sobrevive com uma renda de até um salário mínimo/mês, sendo que dez destas famílias possuem renda de até 0,6 salário mínimo.⁷

Dos quatro engenhos que investigamos, dois estão desativados e suas terras encontram-se em processo de desapropriação pelo Governo Federal. A passagem da condição de trabalhador assalariado para a condição de proprietário produz uma situação de profundas mudanças nas vidas desses homens e nas suas concepções de masculinidade. Em decorrência dessa fase de transição, ao longo de nossa investigação constituía cena comum encontrar vários homens em suas casas durante o dia e acompanhar suas lamentações pela falência das usinas e a incerteza frente à nova condição, exaltando as vantagens do tempo em que eram assalariados por representar rendimento mensal certo. Na verdade, a grande maioria das famílias sobrevive de poucos benefícios sociais. O *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* – Peti, que concede bolsas às famílias que mantêm seus filhos na escola, tem sido a principal ou única fonte de renda de várias famílias. A aposentadoria rural, que mudou a face do campesinato brasileiro nos últimos anos, é também aqui outra prestigiada fonte de recursos. O paradoxo dessa situação é que justamente as famílias compostas por adultos em melhores condições de trabalhar — aquelas com filhos maiores de quinze anos, sem direito à bolsa-escola, e com adultos com menos de sessenta anos, ainda não aposentados — são as que vivem em pior situação econômica.

⁶ Os/as canavieiros/as constituem uma das categorias mais organizadas da área rural do Nordeste e, por isso, garantiram para si alguns direitos trabalhistas importantes, como a carteira assinada, o salário mínimo e a própria negociação coletiva, entre outros.

⁷ O *Mapa da Pobreza no Brasil* (Fundação João Pinheiro, 2000) define como pobre toda pessoa cuja renda familiar *per capita* é inferior à R\$ 85,00. A renda familiar *per capita* de nossos entrevistados é bem inferior a esta.

Mas, de modo geral, as condições de vida são bastante precárias. Mesmo estando em processo de transição para a legalização dos assentamentos, os engenhos preservam um certo desenho originário ainda do período escravocrata. A casa-grande permanece, mesmo nos casos em que está desocupada, como o foco central do engenho. À sua volta, trabalhadores/as vivem em pequenos conjuntos habitacionais, denominados de arruados, que nada mais são do que pequenas casas unidas umas às outras pelas paredes laterais. A maioria dessas casas é de taipa e possui três cômodos, um dos quais dividido ao meio por cortinas de modo a formar um terceiro quarto. As cozinhas ficam nos fundos da casa e são abertas, dando para o quintal. Nenhuma das casas possui banheiro interno e, entre os nossos informantes, apenas nove disseram ter banheiro, mas no quintal e sem fossa séptica. Os demais usam o mato ou o rio para suas necessidades e para o banho. Do mesmo modo, não há água encanada; as famílias utilizam-se da água de poços ou cacimbas fora do terreno, consumida sem nenhum tratamento sanitário.

Família e Sexualidade: A Junção Impossível

Dos entrevistados, dezoito afirmaram ser chefes de família, admitindo quatro deles que a chefia era feminina, exercida pelas esposas ou pelas mães. Os demais atribuíram essa função a algum outro morador da unidade doméstica. Quase a metade dos homens são casados, mas há quase o mesmo número de separados e cinco solteiros.⁸ Por isso, a configuração familiar apresentou variações importantes, chamando a atenção para a possível aproximação desse universo com padrões encontrados em áreas urbanas. Um pouco mais da metade de nossos informantes vive em famílias de até cinco pessoas, sendo que cinco deles moram sozinhos e dois vivem com apenas mais uma pessoa. Apenas dois infor-

⁸ A distribuição dos informantes por faixa etária foi predefinida de modo equilibrado: 10 homens com até 25 anos, 11 homens entre mais de 25 até 45 anos e 11 homens com mais de 45 anos. Apenas um homem solteiro tem mais de 25 anos e não vive sozinho. Os que vivem sozinhos são separados.

mantes vivem em famílias ampliadas, com mais de dez pessoas. Seguindo a mesma tendência, também o número de filhos é reduzido entre os nossos informantes: um terço não têm filhos, doze têm de um a três filhos e apenas seis têm mais de cinco filhos.

Chama a atenção o grande número de uniões e o pouco tempo de duração de cada uma delas. Há homens com mais de cinco uniões, cada uma delas durando cerca de três anos, às vezes menos. O perfil etário da parceira muda ao longo do tempo. Assim é que a primeira parceira geralmente é da mesma idade do homem ou um pouco mais nova e a última geralmente é mais velha que ele. Contrariando o senso comum que afirma que, em áreas rurais, a iniciação sexual masculina ocorre precocemente, nossos informantes iniciaram-se no sexo entre quinze e dezoito anos. Outra informação que também contraria o senso comum diz respeito à parceira da iniciação: apenas um terço iniciou-se com prostitutas. Os demais começaram sua vida sexual em relações não comerciais: amigas ou conhecidas e, em número menor, com as namoradas e esposas. Na maior parte dos casos, essas mulheres eram mais velhas que eles.

Quase todos disseram que queriam ter relações naquele momento e suas razões estiveram majoritariamente ligadas ao desejo e/ou afeto pela parceira. Apenas três homens referiram-se à *necessidade de sexo* como razão para iniciar-se, e dois deles indicaram o fato de já estarem na idade de tornarem-se homens. Mas três afirmaram que não queriam ter relações naquele momento: por medo, por ser muito jovem e porque a garota era virgem.

É impressionante a força da presença feminina nos relatos fornecidos por esses homens. Contrariando uma impressão inicial de que a importância das mulheres estaria dada principalmente no campo da sexualidade, encontramos a noção de que estas figuram como um elemento central em todos os aspectos da vida desses homens. Enquanto na fala das mulheres há a idéia da possibilidade da vida sem os homens, na qual, mesmo reconhecendo a importância do sexo, este não é considerado definidor do estabelecimento ou manutenção da relação, para os homens não se coloca a possibilidade da vida sem as mulheres. E isso não

está remetido necessariamente a uma noção de projeto romântico, mas sim ao reconhecimento da incapacidade de gerir a própria vida sozinho. Com o reconhecimento da premência da companhia feminina, o que os homens estão dizendo é que não conseguiriam cuidar de si satisfatoriamente e para isso necessitam de uma mulher que o faça. Alguns discursos dos homens nos chamaram a atenção quando buscávamos perceber as razões que os levavam à busca de uma mulher. A maior parte dos argumentos estava reunida no domínio da execução das atividades domésticas.

Tal percepção não causa espanto se nos reportarmos à educação diferenciada vivenciada por esses homens na infância e adolescência e ainda mantida como padrão na educação de seus próprios filhos. As habilidades ligadas ao cuidado de si e às atividades domésticas não apenas não são estimuladas entre os meninos, como são negativamente valoradas. Como é sabido, esse é um domínio feminino. O que encontramos na fala de nossos informantes é o relato melancólico das consequências desses padrões de gênero na vida de homens adultos que, uma vez desfeita a primeira união, envolvem-se em múltiplas tentativas de recuperação da presença feminina no ambiente doméstico, como única maneira de garantir a própria sobrevivência no cotidiano. Os homens mais velhos que vivem sozinhos revelam em suas falas um certo orgulho por terem finalmente aprendido a dar conta de si mesmos, mas não escondem a tristeza de não terem mais quem cuide deles. Encontramos aqui o padrão de complementaridade e reciprocidade presente em arranjos familiares tradicionais que têm sua contrapartida na mulher jovem que busca o homem provedor.

Além disso, a mulher é percebida como alguém que, frente à liberdade com que o homem desde cedo vivencia sua sexualidade, pode dar um norte às suas vidas (Villa, 1998). Em consonância com o afirmado acima, o homem que não viesse a encontrar uma mulher junto à qual seu lugar de chefe do lar e pai pudesse se efetivar, ao mesmo tempo que seus impulsos sexuais pudessem ser refreados em alguma medida, teria dificuldades em encontrar recursos para a definição satisfatória de sua identidade. Embora não possamos generalizar, curiosamente, de todos os homens da nossa amostra, aquele que aparecia em condições mais precárias, sob

vários pontos de vista, era um que, há algum tempo vivendo sozinho, era o único responsável por todas as atividades de sua casa, constituindo, para si e para a comunidade, a imagem de solidão e abandono. Essa imagem era radicalizada por sua dependência alcóolica. Nesse sentido, antes mesmo de se referirem a uma mulher em particular, a figura da mãe na vida dos homens por nós investigados é especialmente marcante. Em muitos deles, inclusive, percebe-se um sentimento de gratidão associado à compreensão de que hoje precisariam de algum modo retribuir seus feitos. A mãe, o primeiro norte.

Existe um vasto panteão de figuras femininas, além da mãe e da esposa, onde os homens procuram agrupar as mulheres com as quais se relacionam, todas porém com pouquíssimas possibilidades de circulação pelos distintos perfis. É sobre a rigidez com que essas tipificações se apresentam que queremos falar na seqüência.

Quando solicitávamos aos nossos informantes falarem sobre sua iniciação sexual, a grande maioria remetia à “mulher da zona”. Outras vezes, referiam-se a “uma conhecida”. Nossa insistência só permitiria perceber depois que essa “conhecida” queria dizer que esta não era necessariamente uma prostituta à qual precisariam pagar para ter sexo, mas que essa mulher podia ser a “mulher de engenho” ou a “mulher sozinha”. Mulheres que eram suas conhecidas e que jamais seriam aquela que viria a “cuidar” desses homens no futuro. Há uma gradação moral entre essas diferentes figuras femininas. A “conhecida” — mulher de engenho ou mulher sozinha — é alguém com quem o homem pode vir a constituir algum tipo de relação afetiva, notadamente a amizade. O mesmo não acontece com as prostitutas, com quem o caráter comercial da relação está completamente estabelecido.

As mulheres,⁹ naturalmente, recusam essa classificação, baseando-se no fato de que, atualmente, existem muitas mulheres separadas ou mães solteiras nos engenhos, que são sozinhas, mas que não estão disponíveis sexualmente do modo como

⁹ Este tema foi exaustivamente debatido nas discussões em grupo com as mulheres.

os homens afirmam. Reclamam para si o respeito que lhes era dado quando casadas, mas admitem que são excessivamente assediadas pelos homens pelo fato de serem sozinhas.

Reprodução: Conhecimento e Padrões de Uso

Como outras pesquisas também indicam (Caetano, 2000; Portella *et al.*, 1996), o conhecimento sobre processos reprodutivos e métodos contraceptivos é aqui muito baixo. Apenas um terço dos homens, quando perguntados a respeito da existência de período fértil no ciclo menstrual, referiu conhecê-lo. Mas, desses, apenas um quarto indicou o período corretamente. Da mesma forma, quando perguntados sobre a possibilidade do homem ter um período fértil, mais da metade deles se dividiu entre afirmar que existiria esse período ou não souberam responder. Dos que afirmaram existir, a absoluta maioria não soube responder qual seria e os que o fizeram, apresentaram as mais diversas respostas. Diante disso, não causa espanto verificar que apenas dois homens utilizaram métodos contraceptivos na sua primeira relação sexual.

O baixo nível de uso de contraceptivos vem acompanhado de igual nível de informação sobre sua existência. Os métodos masculinos são, obviamente, os mais conhecidos: quase a totalidade dos homens conhece o coito interrompido e quase dois terços conhecem a camisinha. Destes, o preservativo masculino é o mais usado, mas o é apenas por sete homens. O coito interrompido foi apenas referido como tendo sido usado no passado; nenhum homem atualmente estaria fazendo uso dele. Mas mesmo nos mantendo no passado, não é o coito interrompido o método mais usado, mas sim a pílula,¹⁰ usada por suas companheiras. Métodos como o Norplant, o DIU e a tabela constaram como desconhecidos para a maioria dos informantes, enquanto que nenhum deles disse conhecer o diafragma.

¹⁰ As referências à esterilização feminina foram surpreendentemente baixas, considerados os padrões conhecidos para a região. Por isso, preferimos não trabalhar esses dados neste artigo, na tentativa de identificar posteriormente as razões para essas respostas.

Uma leitura apressada dessas informações nos levaria a afirmar que este quadro deve-se ao fato dos nossos sujeitos serem homens e estarem, por isso, afastados do “mundo da reprodução”, voltado para e composto quase que exclusivamente por mulheres. Sem negar ou minimizar o afastamento masculino ou, melhor dizendo, o posicionamento diferenciado dos homens com relação às mulheres no campo da sexualidade e da reprodução, acreditamos que, no caso desse tipo de desconhecimento e desinformação, as razões ultrapassam as relações de gênero. Entre as mulheres, encontramos um grau de informação sobre o assunto muito semelhante ao dos homens, o que nos leva a procurar suas causas em explicações de outra ordem.

Vale a pena lembrar que a Zona da Mata, embora possua uma infra-estrutura de saúde relativamente adequada e montada, padece de graves problemas de financiamento e funcionamento dos serviços que vão desde a ausência de materiais básicos de trabalho até a falta de profissionais de saúde. Os serviços de planejamento familiar praticamente não funcionam, e quando o fazem, é apenas com base em palestras, distribuição de pílulas e (poucos) preservativos e orientação a mulheres que buscam a laqueadura.¹¹ Colabora ainda nesse desconhecimento o padrão contraceptivo do Estado, em que predomina a esterilização entre mulheres unidas de 15 a 49 anos e que, portanto, passaram a prescindir do uso de outros contraceptivos, que deixam de fazer parte do universo de preocupações do casal. Nunca é demais enfatizar, além disso, o baixíssimo nível de escolaridade e o grau de isolamento em que vive essa população. No nosso caso, metade dos homens tem até um ano de estudo e apenas cinco têm cinco anos de estudo. Em suas casas, nenhum dos homens tem telefone — também não há telefones públicos —, apenas quinze têm eletricidade¹² e só um terço possui rádio ou TV.

¹¹ Informações obtidas junto a profissionais de saúde do município quando da realização da pesquisa *Sterilization for Votes in the Brazilian Northeast: The Case of Pernambuco*. (Caetano, André Junqueira, 2000, Tese de Doutorado, Population Research Center, Universidade do Texas em Austin.)

¹² Todas as casas-grandes e todos os armazéns possuem ligação elétrica e alguns dos arruados ficam apenas a poucos metros da casa-grande.

O conhecimento sobre DSTs/Aids, no entanto, é um pouco maior. Quase a totalidade já ouviu falar de DSTs e um terço dos homens já teve alguma dessas enfermidades. O fato de acontecer no corpo masculino e de ser tema demarcador de virilidade, conferindo valor social ao homem por demonstrar que ele tem vida sexual ativa, talvez seja um componente que atue na elevação do grau de conhecimento dos homens nesse campo. Conhecem as doenças e conhecem as curas, tanto as curas tradicionais — chás de plantas medicinais — como os tratamentos médicos à base de antibióticos.

As referências que fizeram à Aids, no entanto, exemplificam bem os efeitos da disseminação maciça de informações sobre a doença que vem ocorrendo nos últimos anos. Todos, com uma única exceção, já ouviram falar de Aids e dois terços referiram-se ao sexo como forma de transmissão e ao uso do preservativo como meio de proteção. Nada disso, no entanto, traduz-se em comportamento preventivo: apenas dois homens disseram usar preservativo com todas as parceiras. Os demais, mesmo aqueles com múltiplas parceiras no último ano, nunca usaram. E as razões para isso são as mesmas já referidas em muitos estudos: conheciam as parceiras, estavam saudáveis, não havia risco de gravidez e, finalmente, mas em número muito reduzido, porque não gostam.

Considerações Finais

Os poucos dados com que trabalhamos, comparados ao que ainda temos por analisar, não nos autorizam conclusões definitivas. Gostaríamos, no entanto, de apontar algumas questões que podem enriquecer o debate em torno das masculinidades e de suas inflexões com os campos da reprodução e da sexualidade.

A primeira delas diz respeito às diferenças entre os contextos rural e urbano. Apesar das imensas diferenças que encontramos nos padrões socioeconômicos e no modo de estruturação da vida cotidiana, alguns fenômenos se assemelham nas duas áreas: elevação do número de separações e uniões, redução no número de filhos, idade de início da vida sexual, grau de conhecimento a respeito de

processos reprodutivos e sexuais. Quais os determinantes dessas semelhanças e em que medida as diferenças, trazidas pela situação de domicílio, incidem sobre as relações de gênero nos ficam como questões a serem aprofundadas no decorrer de nossa análise.¹³

Do ponto de vista da constituição das masculinidades, parece-nos extremamente interessante investigar de que modo a divisão sexual do trabalho vem afetando a subjetividade masculina, especialmente no que diz respeito à imagem de provedor como elemento fundante da masculinidade hegemônica. De que modo articulam-se a auto-imagem de provedor com a sensação de fracasso e incompetência provocada pela ausência de uma mulher em casa?

Finalmente, e pensando nos aspectos propriamente relacionais do gênero, chama-nos a atenção os diferentes modos de percepção — e os modos como articulam-se social e culturalmente — de homens e mulheres com relação à classificação das mulheres de acordo com sua maior ou menor disponibilidade sexual. Parece-nos que há alguma mudança em curso nesse campo, seja no modo como os homens constituem a categoria das conhecidas como intermediária “positiva” entre a esposa e a prostituta, seja no modo como as mulheres recusam essa categorização, sem abrir mão de uma vida sexual fora do casamento. Provocar o diálogo entre esses dois universos pode vir a qualificar o debate sobre gênero, sexualidade e reprodução.

¹³ Vale lembrar que esse material estará sendo comparado com os dados coletados entre homens de baixa renda residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Referências Bibliográficas

- BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria gênero: una introducción teórico-metodológica. In: AZEREDO, Sandra; STOLCKE, Verena (coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / DPE, 1991. p. 25-45.
- BARBOSA, Regina Maria. Negociação sexual ou sexo negociado?: poder, gênero e sexualidade em tempos de AIDS. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard. *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidade e poder*. Rio de Janeiro / São Paulo: IMS-UERJ / Ed. 34, 1999. p. 73-88.
- BOZON, M. Amor, sexualidade e relações sociais na França contemporânea. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, a. 3, n. 1, 1995. p.122-135.
- CAETANO, André Junqueira. *Sterilization for votes in the brazilian northeast: the case of Pernambuco*. Austin: Population Research Center - University of Texas, 2000. (Tese de doutoramento).
- CONNELL, Robert W. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Califórnia: Stanford University Press, 1987.
- CORRÊA, Sonia. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar?. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina. (org.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ABIA / IMS-UERJ, 1996. p. 149-159.

- _____. La organización social de la masculinidad. In: *Ediciones de las mujeres*, n. 24. Santiago: Isis Internacional, 1997.
- KNAUTH, Daniela Riva. Subjetividade feminina e soropositividade. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard. *Sexualidades pelo Averso: direitos, identidade e poder*. Rio de Janeiro / São Paulo: IMS-UERJ / Ed. 34, 1999. p. 122-136.
- FONSECA, Cláudia. Uma genealogia do 'gênero'. In: *Revista de Antropologia*. Recife: Mestrado em Antropologia – UFPE, 1996.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em um contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1992. (Tese de doutoramento).
- _____. Fazendo gênero: a antropologia da mulher no Brasil. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (org.) (op. cit.) p. 93-126.
- PORTELLA, Ana Paula; MELLO e SOUZA, Cecília de; DINIZ, Simone. Not like our mothers: reproductive rights and the emergence of citizenship among rural workers, domestic workers and housewives. In: PETCHESKY, Rosalind; JUDD, Karen. *Negotiating reproductive rights: women's perspectives across countries and cultures*. London: Zed Books, 1998.
- SARTI, Cynthia. *A família com espelho: estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- _____. Família patriarcal entre pobres urbanos? In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 82, ago., 1992, p. 37-42.
- SCOTT, Russel P. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 73, maio, 1990, p. 38-47.

SOARES, Márcia Piedade; FERREIRA, Inês Quental; FERRAZ, Elisabeth Anhel. *Sexualidade na adolescência: um estudo sobre jovens no município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: BENFAM - Departamento de Pesquisas Sociais, 1992.

VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (ed.). Masculinidades: poder e crisis. In: *Ediciones de las mujeres*, Santiago: Isis Internacional, n. 24, 1997.

_____. Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo, un mismo modelo. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (ed.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998. p. 12-35.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

_____. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 95, 1996.

VILLA, Alejandro M. Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos. In: COSTA, Albertina (org.) *Direitos tardios*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Editora 34, 1997. p. 115-137.

VIVEROS, Mara. Quebradores y cumplidores: biografias diversas de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (ed.) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998. p. 36-55.

SOARES, Márcia Piedade; FERREIRA, Inês Quental; FERRAZ, Elisabeth Anhel. *Sexualidade na adolescência: um estudo sobre jovens no município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: BENFAM - Departamento de Pesquisas Sociais, 1992.

VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (ed.). Masculinidades: poder e crisis. In: *Ediciones de las mujeres*. Santiago: Isis Internacional, n. 24, 1997.

_____. Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo, un mismo modelo. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (ed.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998. p. 12-35.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

_____. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 95, 1996.

VILLA, Alejandro M. Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos. In: COSTA, Albertina (org.) *Direitos tardios*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Editora 34, 1997. p. 115-137.

VIVEROS, Mara. Quebradores y cumplidores: biografias diversas de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (ed.) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998. p. 36-55.

Dados da autora

Ana Paula Portella é psicóloga e coordenadora do Núcleo de Pesquisas do SOS CORPO. No momento, coordena em Pernambuco dois estudos multicêntricos internacionais – um estudo sobre masculinidades, desenvolvido pelo “IRRRAG” (International Reproductive Rights Research Action Group) no Brasil, do qual também é coordenadora nacional, e o “Estudo Multicêntrico sobre Violência Doméstica e Saúde da Mulher”, promovido pela Organização Mundial de Saúde e Faculdade de Medicina da USP. Além disso, também coordena em Recife a pesquisa multicêntrica nacional Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-Cedeplar, da UFMG. É membro do Colegiado de Coordenação do SOS CORPO e do Conselho Municipal de Direitos Humanos do Recife. É autora e co-autora de diversos artigos e materiais educativos sobre os temas de gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres.

 *SOS CORPO é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1981 como grupo de ação e reflexão sobre saúde, sexualidade e reprodução humana. O feminismo é a base de sua construção e a ação institucional está orientada para a transformação das relações de gênero com ênfase na cidadania das mulheres, tendo como referências a democracia e o desenvolvimento.*

